





BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO
DO RECIFE

OBRA
VOLUME

N.

30100

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

EXTRACTO

DO REGULAMENTO INTERNO DA FACULDADE
DE DIREITO DO RECIFE.

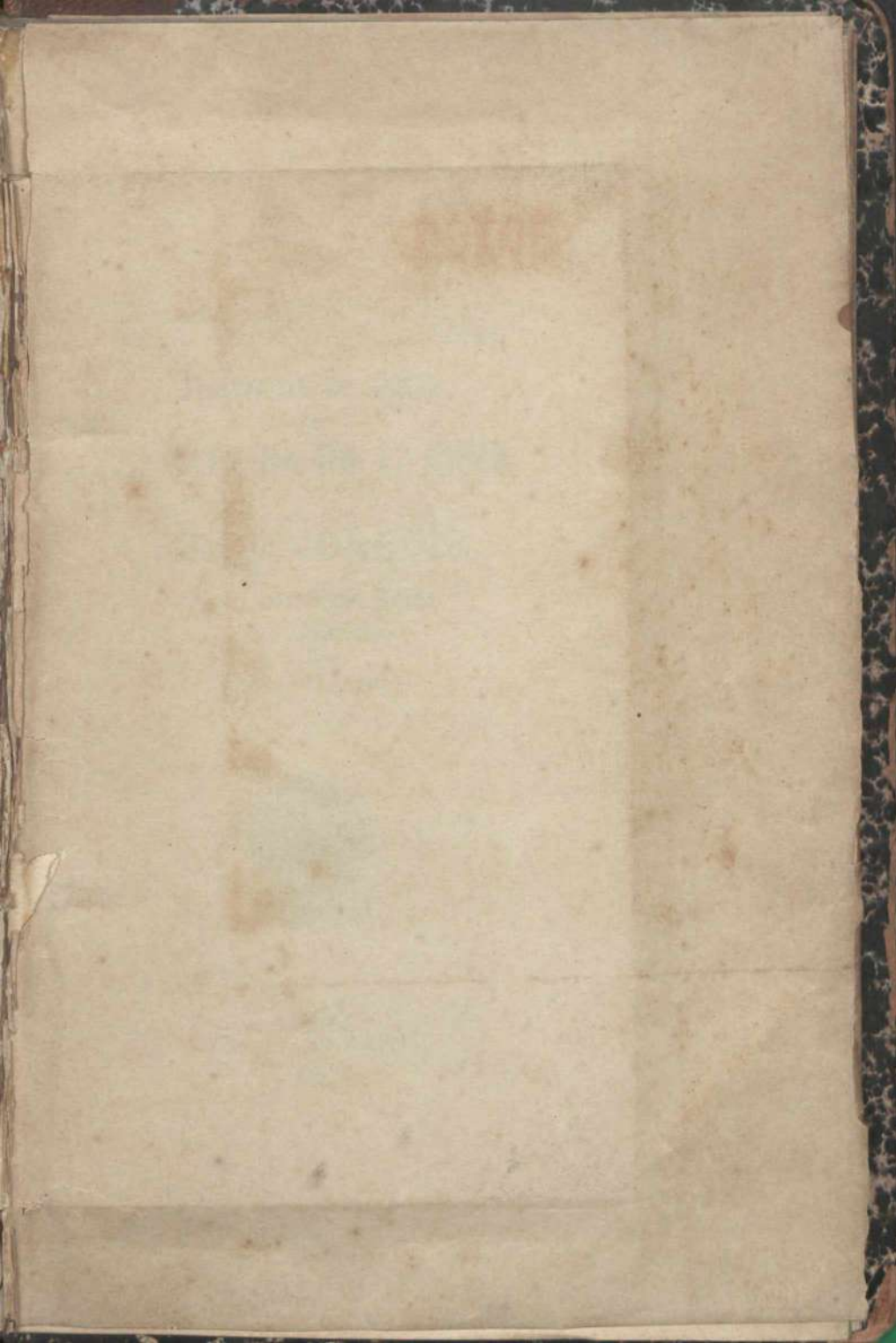
Art. 82. — Os livros da Bibliotheca não poderão ser objecto de leitura fóra do Estabelecimento, salvo pelos Professores da Faculdade ou Livres docentes que mantiverem curso no Instituto, por um prazo nunca excedente de 30 dias, podendo o Bibliothecario exigir a entrega immediata de qualquer livro, desde que este seja reclamado para consulta.

Art. 83. — No salão de deposito dos livros somente é permittido o ingresso aos Professores e aos empregados da secção. Os chefes e empregados das outras secções, os estudantes e o publico em geral, serão attendidos no salão de leitura, mediante pedidos impressos, que lhes fornecerão os empregados do serviço.

Art. 85. — Ao Bibliothecario incumbe :

5.º — observar e fazer observar este Regimento e o Decr. n. 11.530, mantendo rigorosamente a ordem, o asseio e o respeito em todas as secções da repartição a seu cargo ;

6.º — communicar immediatamente ao Director qualquer facto anormal que se dê na mesma repartição.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino
DA
1.^a CADEIRA DO 1.^o ANNO

Encyclopedia

Dr. Laurindo Leão

Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Emp. d'A PROVINCIA
—
1911

PROV. DE COCINHA

ANEXO DO ANUÁRIO

DE

1911

PROV. DE COCINHA

ANEXO DO ANUÁRIO

DE

1911



PROV. DE COCINHA
ANEXO DO ANUÁRIO
1911

PROGRAMMA DE ENSINO

1.^a Cadeira do 1.^o anno

Encyclopedia

Preliminares

1. As formas communs do estudo geral do direito: philosophia, encyclopedia e theoria geral do direito. Successibilidade historica e factores, conceitos e caracteres differenciaes.
2. Variedades da encyclopedia juridica. Impossibilidade da rudimentar pela controversia de todo principio do direito e da minuciosa pela diffusão das materias.
3. Valores da encyclopedia e das outras formas de estudos geraes do direito. Preferencias por uma das formas ou por duas e reconhecimento das tres.
4. Desenvolvimento historico da encyclopedia geral como da philosophia e suas phases: ontologica, ideologica, methodologica e phenomenista. Seu objecto quadruplo: systematico, historico, methodologico e philosophico.

Methodologia

5. Theoria logica dos methodos e suas soluções: apriorista, empirista e phenomenista. Os methodos sciencias deductivos, directo e indirecto de St. Mill.
6. Theoria complementar dos methodos analogicos e suas soluções: cosmica, vital, psychica e social, zoologica e ethnologica.

Revista das doutrinas

7. Doutrina do direito natural. Derivação espiritualista e formulas idealistas do bem, justiça e força psychica ou organica etc. Character moralista.
8. Doutrina do direito positivo. Derivação materialista e formula realista da utilidade, força physica ou vital etc. Character naturalista.
9. Doutrina scientifica do direito. Restricção phenomenal e formulas inductivas e deductivas, das leis naturaes e moraes. Multiplicidade dos principios do direito, existencia e conservação, liberdade, honra, altruismo, propriedade etc. do individuo e da collectividade.

Revista das sciencias do direito

10. Caracteres da sciencia, em relação a arte e a philosophia e seu reco-

nhecimento nas sciencias do direito. Seu logar nas classificações de sciencias usuaes.

11. Relações da sciencia do direito com as mais sciencias, especialmente as da sociedade e do espirito sobretudo com a moral e com as philosophias respectivas.
12. Divisão das sciencias do direito, em publico e privado, cada um em nacional e internacional e suas subdivisões, como do publico em penal, processual, etc.
13. Direito das pessoas. Conceito, desenvolvimento historico e factores da personalidade, seus direitos principaes, capacidade e responsabilidade. Restricção politica do estrangeiro. Condição juridica da mulher. Pessoa juridica.
14. Direito das familias. Conceito, desenvolvimento historico e factores da familia. Matrimonio, suas condições, seu character contractual, relações conjugaes, pessoas e reaes. Poder marital e paterno. Divorcio. Relações parentaes. Tutela e curatela.
15. Direito das successões. Conceito, desenvolvimento historico e factores. Suas formas : testamentaria, ab intestata e necessaria. Ordem successoria.

16. Direito das cousas. Conceito, desenvolvimento historico e factores da propriedade e mais direitos reaes. Formas, aquisição, alienação, extinção. Limites ao direito de propriedade e pretensões socialistas.
17. Direito das obrigações. Conceito, desenvolvimento historico e factores. Elementos, fontes, modalidades, irrealisação e extinção.
18. Direito commercial. Conceito, desenvolvimento historico e factores do commercio, da commercialidade, do commerciante e agentes auxiliares e das mercadorias. Caracteres, função e divisão do commercio e do direito.
19. Direito publico. Conceito, desenvolvimento historico e factores do Estado. Sua differença da sociedade civil, seus elementos, formas, base, caracter e fins. Forma do governo e suas modalidades.
20. Direito administrativo e sciencia da administração. Conceito, desenvolvimento historico e factores da administração. Acção do Estado sobre a sociedade. Relações da sciencia da administração com a politica e com o direito administrativo.
21. Direito penal. Conceito, desenvolvimento historico e factores do

crime, criminoso, responsabilidade, pena e punição. Sciencias auxiliares : anthropologia e scciologia.

22. Direito processual. Conceito, desenvolvimento historico e factores do juizo, da acção e do processo. Especies de cada um e suas modalidades. Elementos do processo.
23. Direito internacional. Conceito, desenvolvimento historico e factores das relações internacionaes dos Estados. Suas especies e institutos. Direitos dos Estados e suas fontes,
24. Direito internacional privado. Conceito, desenvolvimento historico e factores dos direitos dos estrangeiros, da solução dos conflictos e da execução dos actos juridicos nos factos, nas doutrinas e nas leis, especialmente as brasileiras.

Synthese da revista das sciencias

25. Lei do desenvolvimento historico do direito e suas phases nas soluções, progressista, evolucionista, eclectica e phenomenista.
26. Lei da produção do direito e seus factores nas soluções, finalista, causalista, eclectica e phenomenista. Acção do Estado sobre o direito e vice-versa.

27. Lei da constituição do direito e seus caracteres nas soluções, consciencialista, mecanicista, eclectica e phenomenista.
28. Caracteres do direito. Direito imutavel e universal do idealismo. Direito mutavel e nacional do naturalismo. Direito positivo de generalisação universal do phenomenismo. Conceito do direito.

Faculdade de direito do Recife, 27 de Abril de 1911.

O Lente Cathedratico,

DR. LAURINDO LEÃO.

Approved em Congregação de 27 de Abril de 1911.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino
DA
1.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO PUBLICO E CONSTITUCIONAL

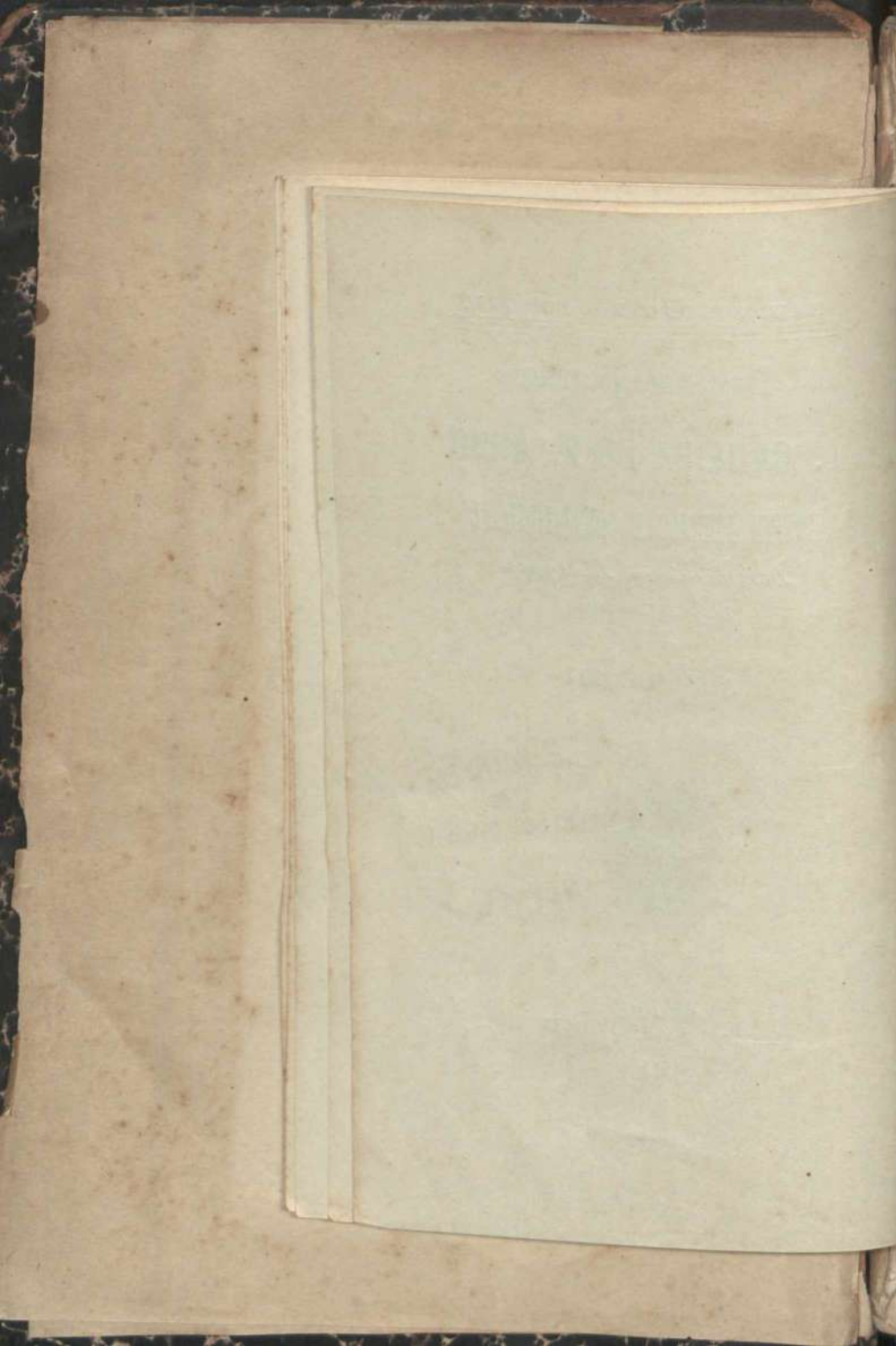
Dr. Virginio Marques

Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Empreza d'A PROVINCIA
1911



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 2.^o anno

Direito Publico e Constitucional

1. Conceito do direito. Direito publico e privado. Direito constitucional.
2. O Estado, diversas escolas que o conceitua. Funções do Estado e seus limites.
3. A soberania. Fundamento e caracteres da soberania.
4. Poder publico e suas funções. O poder constituinte não é distincto do poder legislativo.
5. Governo e suas formas. O parlamentarismo e o presidencialismo.
6. Constituição e leis secundarias. As constituições ingleza, dos Estados Unidos do Norte e da Suissa.
7. O regimen constitucional no Brazil. Analyse succinta das constituições de 25 de Março de 1824 e de 24 de Fevereiro de 1891.
8. Regimen federal. A federação no Brazil.

9. Organs da soberania nacional. O poder legislativo e sua natureza. A unidade e a dualidade de camaras. O voto. Necessidade da representação das minorias.
10. Camara e senado, suas attribuições. Funções especiaes de cada uma das casas do Congresso.
11. Das leis. Limites permanente e temporario á actividade legislativa. Elementos da lei. O véto.
12. O poder executivo na monarchia e na republica. O presidente da republica e suas attribuições.
13. Da eleição do presidente da republica. Duração do mandato.
14. A responsabilidade do presidente da republica, competencia para o accusar, tribunal que o julga e fórma do julgamento.
15. Dos ministros e secretarios do Estado, seu character, suas funções e sua responsabilidade.
16. O poder judiciario e suas funções. Syntemas de organização do poder judiciario.
17. O poder judiciario no Brazil. O supremo tribunal federal. Tribunaes e juizes singulares. O jury.
18. O tribunal de contas, sua constituição, seus fins.

19. Dos Estados e dos municípios.
20. Cidadão brasileiro. Nativismo e naturalisação. Aquisição, suspensão e perda dos direitos de cidadão brasileiro.
21. Declaração dos direitos. Fundamento philosophico e historia do reconhecimento dos direitos individuaes.
22. Liberdade de consciencia, de profissão, de pensamento e de ensino, restricções que comportam.
23. Igualdade civil e desigualdade politica. O direito de propriedade.
24. Garantia dos direitos individuaes, suspensão d'essa garantia. O *habeas corpus*. O estado de sitio.
25. A reforma constitucional, seu processo.

Faculdade de Direito do Recife, 4
de Março de 1911.

O Lente cathedartico,

DR. VIRGINIO MARQUES CARNEIRO LEÃO.

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

Direito Internacional Publico, Diplomacia e
Direito Internacional Privado

Dr. José Vicente

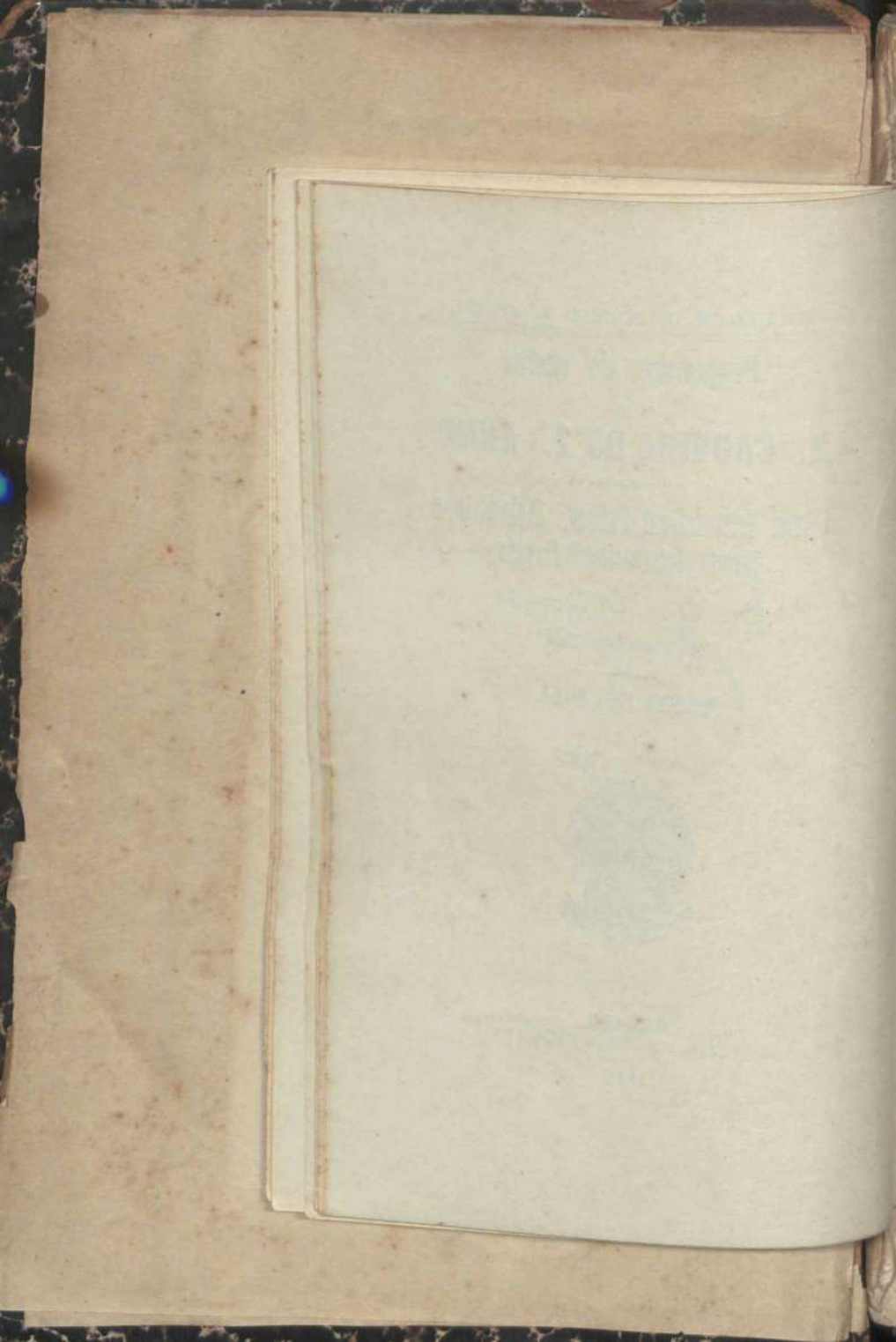
Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Emp. d'A PROVINCIA

1911



PROGRAMMA DE ENSINO

2.^a Cadeira do 2.^o anno

Direito Internacional Publico, Diplomacia e
Direito Internacional Privado

PRIMEIRA PARTE

Direito Internacional Publico

1. 1. Sociedade dos Estados. 2. Necessidade e fundamento do direito internacional. 3. Definição e divisão d'esse direito. 4. Importancia do seu estudo. 5. Fontes do mesmo direito. 6. Sciencias connexas e auxiliares. 7. Objecções contra a existencia do direito internacional publico e respostas a essas objecções.
2. 1. Das pessoas do direito internacional. 2. O estado, o homem e a egreja. 3. O que se entende por Nação e por Estado. Do principio das nacionalidades.
3. 1. Da soberania, sua divisão e seu reconhecimento. 2. Aquisição, garantia e perda da soberania. 3. Personalidade internacional.

4. 1. Classificação dos Estados, quanto á sua estrutura ou elementos de formação, quanto á sua soberania e quanto á sua importancia politica. 2 Estados simples e Estados compostos. 3 Estados homogeneos e Estados heterogeneos. 4. União dos Estados 5. União pessoal e união real. 6. União federal, confederação e imperio federal. 7. Outras especies de Estados.
5. 1. Direitos do Estado. 2. Sua divisaõ. 3. Direito de conservação. 4. Do equilibrio politico.
6. 1. Direito de independencia e seus corollarios. 2. Intervenção. 3. Doutrina de Monroe.
7. 1. Extradicção. 2. E' ella puramente convencional ou inherente á soberania do Estado? 3. Autoridade competente para pedir e conceder a extradicção. 4. Quaes as pessoas sujeitas á extradicção e os crimes que ella comprehende. 5. Principios geralmente admittidos em materia de extradicção. 6. Extradicção dos desertores.
8. 1. Direito de egualdade. 2. Desegualdade de facto. 3. Honras e precedenci-s. 4. Titulos dos Estados e de seus soberanos. 5. Do cerimonial e suas especies.

9. 1. Direito de propriedade. 2. Modos de aquisição da propriedade entre os Estados. 3. Entre elles conta-se a usucapião? A theoria do Hinterland.
10. 1. Do territorio. 2. Limites do territorio. 3. As servidões internationaes. 4. Jurisdição territorial marítima. 5. A liberdade dos mares. 6. A navegação dos rios.
11. 1. Direitos condicionaes. 2. Direitos de dominio privado ou direitos patrimonias do Estado. 3. Tratados e convenções e sua divisaõ. 4. Condições essenciaes para a validade dos tratados e convenções. 5. Ratificação dos tratados. 6. Promulgação e interpretação dos tratados. 7. Dos effeitos dos tratados. 8. Meios de assegurar a execução dos tratados. 9. Dos tratados de alliança. 10. Da suspensão e extincção dos tratados.
12. 1. Deveres internacionaes do Estado. 2. Dever de não intervenção. 3. Dever de assistência mutua. 4. Dever de humanidade. 5. Da responsabilidade do Estado por actos de seus funcionarios e de seus nacionaes. 6. Dos prejuizos soffridos por estrangeiros em tempo de commoção interna ou de guerra civil.

13. 1. Dos direitos internacionaes do homem. 2. Direito de inviolabilidade e de liberdade individual. 3. Direito de liberdade civil e de nacionalidade. 4. Direito de invocar em seu favor a protecção de seu governo e a lei de sua patria para regular sua condição civil. 5. Direito de emigração. 6. Direito de exercer livremente sua actividade. 7. Direito de propriedade. 8. Direito de liberdade de consciencia. 9. Deveres internacionaes do homem.
14. 1. Direitos internacionaes da egreja. 2. Direito de liberdade de estabelecimento e de organização. 3. Direito de se governar livremente. 4. Direito de representação. 5. Deveres internacionaes da egreja. 6. O papa perante o direito internacional.
15. 1. Dos meios pacificos de regular as desintelligencias entre os Estados. 2. Quaes têm sido e são actualmente esses meios. 3. Do arbitramento em particular. Dos meios violentos a que recorrem os Estados em defeza de seus direitos e quaes elles sejam.
16. 1. A guerra, seu fundamento e suas differentes especies. 2. A quem compete fazer a guerra. 3. Declaração de guerra. 4. Publicação da guerra e sua notificação aos

Estados neutros. 5. Efeitos da declaração de guerra. 6. Da lei de guerra e da razão de guerra. 7. Diferença entre a guerra terrestre e a guerra marítima em relação á propriedade privada do inimigo e também em relação ás pessoas.

17. 1. Dos meios lícitos e dos meios ilícitos de fazer mal ao inimigo. 2. Os aerostatos. 3. As surpresas, os enganos, as emboscadas, as notícias falsas, os estratagemas. 4. Dos correios, mensageiros e guias. 5. Do assédio e do bombardeamento. 6. Dos espiões e traidores. 7. Do assassinato do inimigo. 8. Armas prohibidas e declaração de S. Petersburgo de 11 de Dezembro de 1868.
18. 1. Dos combatentes e não combatentes. 2. Exercitos permanentes. 3. Como devem ser tratados os combatentes durante o combate e depois do combate. 4. Mortos, enfermos e feridos e convenção de Genebra de 22 de Agosto de 1864. 5. Prisioneiros de guerra.
19. 1. Occupação militar. 2. Direitos e obrigações que d'ella decorrem. 3. A pilhagem ou o saque. 4. Os despojos. 5. Contribuições e requisições militares. 6. Indemnização de guerra.

tros requisitos. 3. Paz preliminar e paz definitiva. 4. Efeitos do tratado de paz. 5. Execução do tratado de paz. 6. Direito de post-limínio.

SEGUNDA PARTE

Diplomacia

28. 1. Diplomacia. 2. Sua definição, seus fins e utilidade.
29. 1. Direito de legação. 2. Classificação dos agentes diplomaticos ou ministros publicos. 3. Requisitos para o exercicio da diplomacia e para a nomeação de um diplomata. 4. Responsabilidade dos agentes diplomaticos.
30. 1. Das credenciaes. 2. Dos plenos poderes. 3. Das instrucções. 4. Direito que tem cada estado de determinar as classes e numero de seus agentes diplomaticos. 5. Do ceremonial diplomatico. 6. Das missões diplomaticas e suas especies. 7. Como findam as missões diplomaticas.
31. 1. Prerogativas dos ministros publicos. 2. Da individualidade e seus efeitos e excepções. 3. Da independencia. 4. Da extraterritorialidade, sua applicação e efeitos.
32. 1. Origem dos consulados. 2. Nomeação dos consules. 3. Character

dos consules, suas attribuições e
 imunidades. 4. Suspensão e fim
 das funcções consulares.

TERCEIRA PARTE

Direito Internacional Privado

33. 1. Direito internacional privado. 2. Definição e terminologia. 3. Fundamento do direito internacional privado. 4. Fontes do mesmo direito. 5. Como deve o juiz applicar a lei estrangeira. 6. Personalidade e territorialidade do direito; da lei nacional e da lei do domicílio. 7. Theoria dos estatutos. 8. Da condição civil dos estrangeiros.

Conflicto das leis civis

34. 1. Das pessoas naturaes. 2. Da nacionalidade. 3. Do estado e da capacidade. 4. Do matrimonio e do divorcio: Decreto n. 184 de 24 de Janeiro de 1890.
35. 1. Da paternidade e da filiação. 2. Da legitimação e do reconhecimento do filho natural e da adopção. 3. Do patrio poder. 4. Da emancipação. 5. Da tutela e da curatela. 6. Da successão.
36. 1. Das obrigações. 2. Das obrigações convencionaes. 3. Das obrigações que se formam sem convenção. 4. Das pessoas juridicas estrangeiras.

27. 1. Das cousas ou dos bens. 2. A *lex rei sitæ*. 3. A regra *mobilia ossibus inhaerent*. 4. Direitos reaes. 5. Por que lei deve ser feita a classificação das cousas em moveis ou immoveis.

Conflicto das leis commerciaes

38. 1. Actos de commercio, commerciantes e livros de commercio. 2. Das sociedades commerciaes. 3. Da letra de cambio. 4. Dos navios e da transmissão da propriedade dos mesmos. 5. Do contracto de fretamento. 6. Da abalroação do naufragio e do salvadego. 7. Da avaria.
39. 1. Da fallencia. 2. O problema do direito internacional da fallencia. 3. Da territorialidade e da unidade ou universidade da fallencia. 4. Da moratoria. 5. Da concordata. 6. Da reabilitação.

Conflicto das leis formaes e de processo

40. 1. Da forma dos actos. 2. O principio *locus regit actum*. 3. Da competencia dos juizes. 4. Litigio entre estrangeiros. 5. Da regra *actor sequitur forum rei*. 6. A caução *Judicatum solvi*.
41. 1. Formas *ordinatoriæ litis* e *decisionis litis*. 2. Das provas. 3. Das cartas ou commissões rogatorias

e das medidas assecutorias de direitos. 4. Dos effeitos das sentenças estrangeiras e de sua execução. 5. Do processo, da sentença e penas criminaes.

Faculdade de direito do Recife, 4 de Março de 1911.

O Lente Cathedratico,

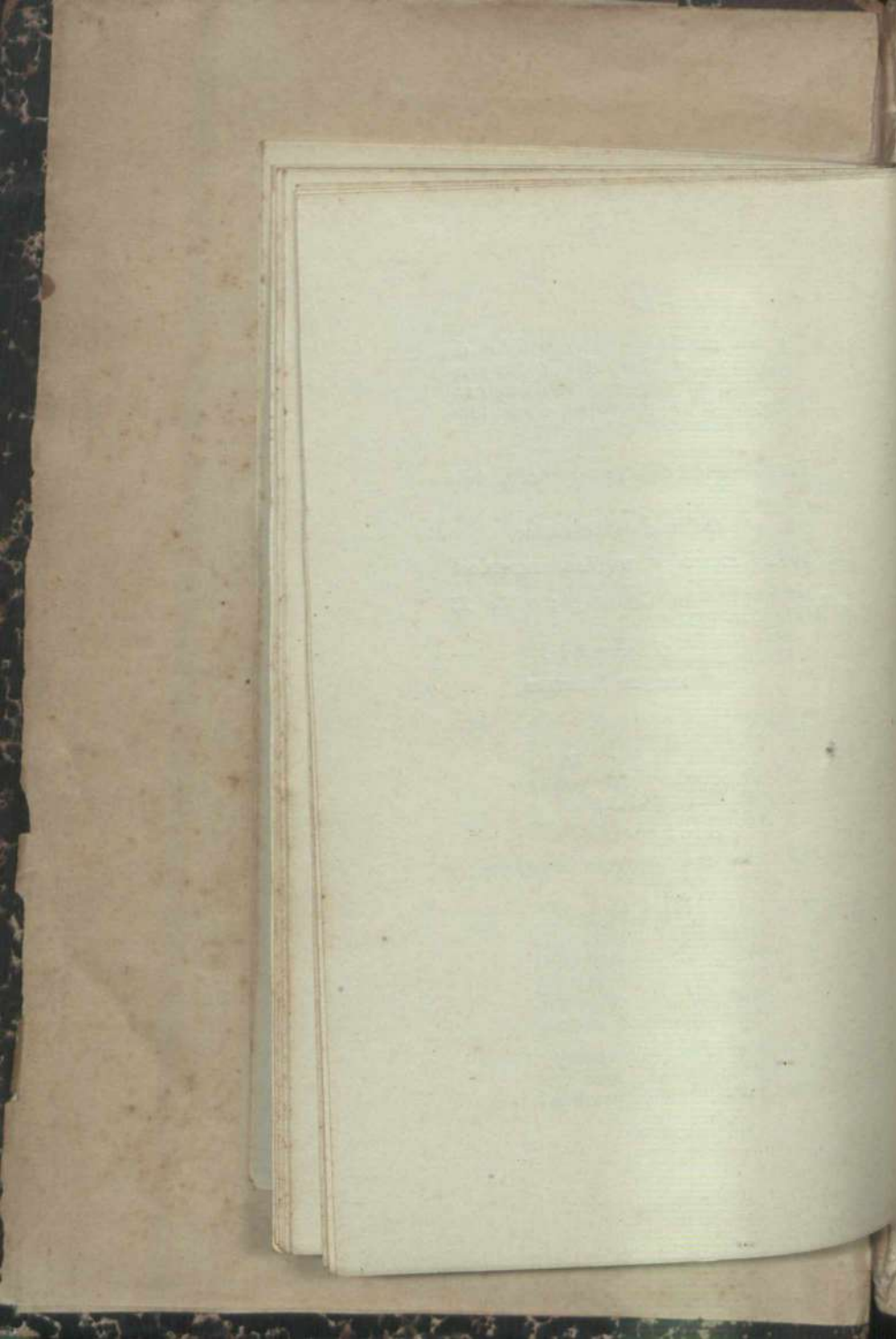
DR. JOSÉ VICENTE M. DE VASCONCELLOS.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1911.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino
DA
3.ª CADEIRA DO 2.º ANNO

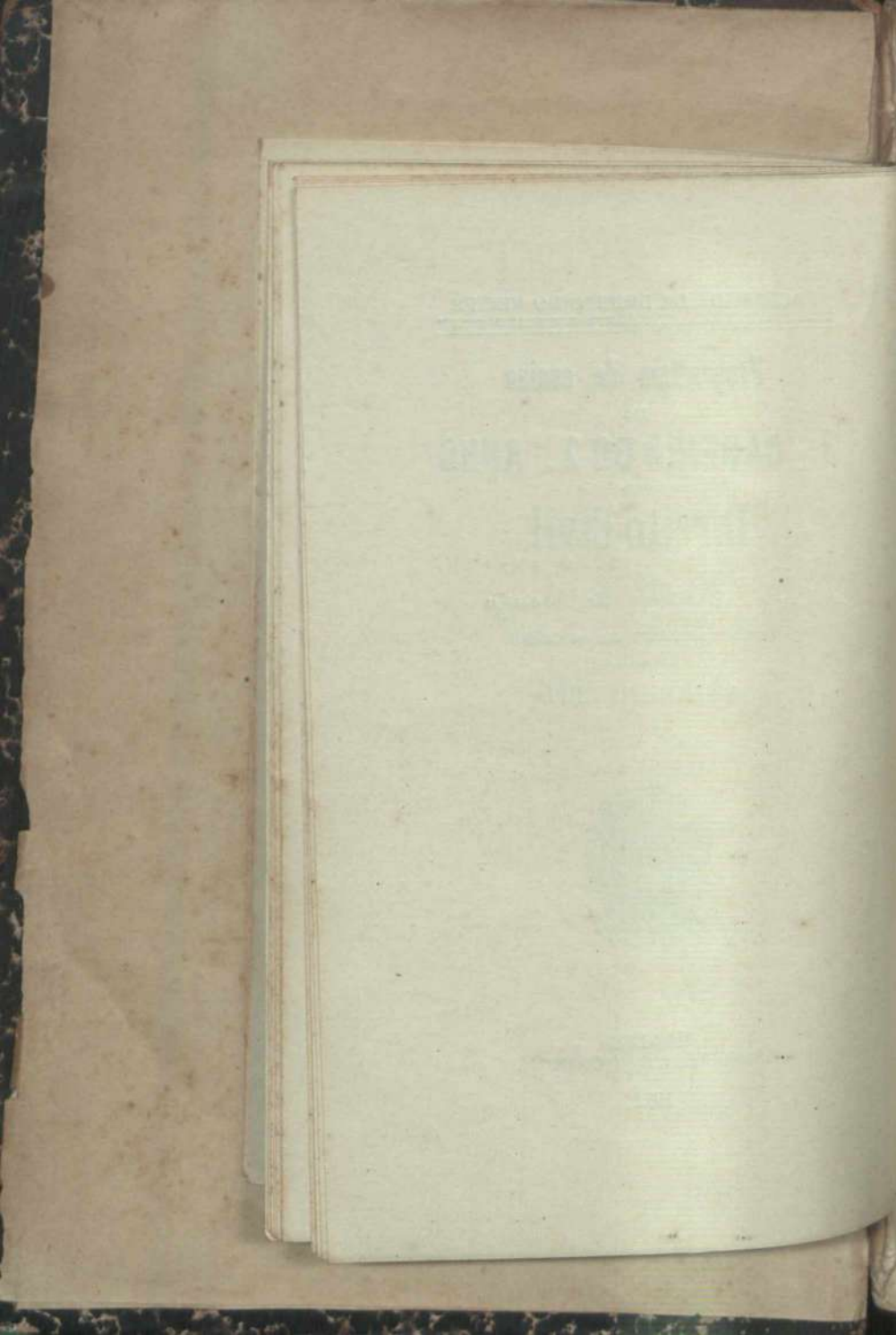
Direito Civil

Dr. Rensilio de Souza
Lente substituto em exercicio

ANNO DE 1911



RECIFE
Empreza d'A PROVINCIA
1911



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a Cadeira do 2.^o Anno

DIREITO CIVIL

1. Conceito do direito. Direito civil. Classificação dos Direitos civis.
2. A lei civil, formação e obrigatoriedade. Classificação das leis civis.
3. Limites da lei no tempo e no espaço.
4. Fontes do Direito civil patrio.
5. Actos e factos juridicos. Ignorancia e erro.
6. Pessoa. Divisão das pessoas.
7. Esponsaes. Casamento. Suas formas até o Dec. de 24 de Janeiro de 1890. Seus effeitos.
8. Impedimentos do casamento. Casamento dos brazileiros no estrangeiro e dos estrangeiros no Brazil. Condições de sua validade.
9. Casamento nullo e annullavel, seus effeitos. Casamento putativo.

10. Regimen de bens. Communhão e separação.
11. Regimen dotal. Direitos do marido e da mulher. Arrhas.
12. Dissolução da sociedade conjugal. Divorcio.
13. Paternidade, Maternidade e Filiação, Legitimação, Perfilhação. Adopção e Arrogação.
14. Patrio poder. Theoria dos pécúlios. Alimentos.
15. Tutela e curatela.
16. Restituição *in integrum*.

Faculdade de direito do Recife, 4
de Março de 1911.

O lente substituto em exercicio,
DR. HERSILIO DE SOUZA.

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario,
Henrique Martins.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino
DA
1.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO
— — — — —
Direito Civil

SEGUNDA PARTE

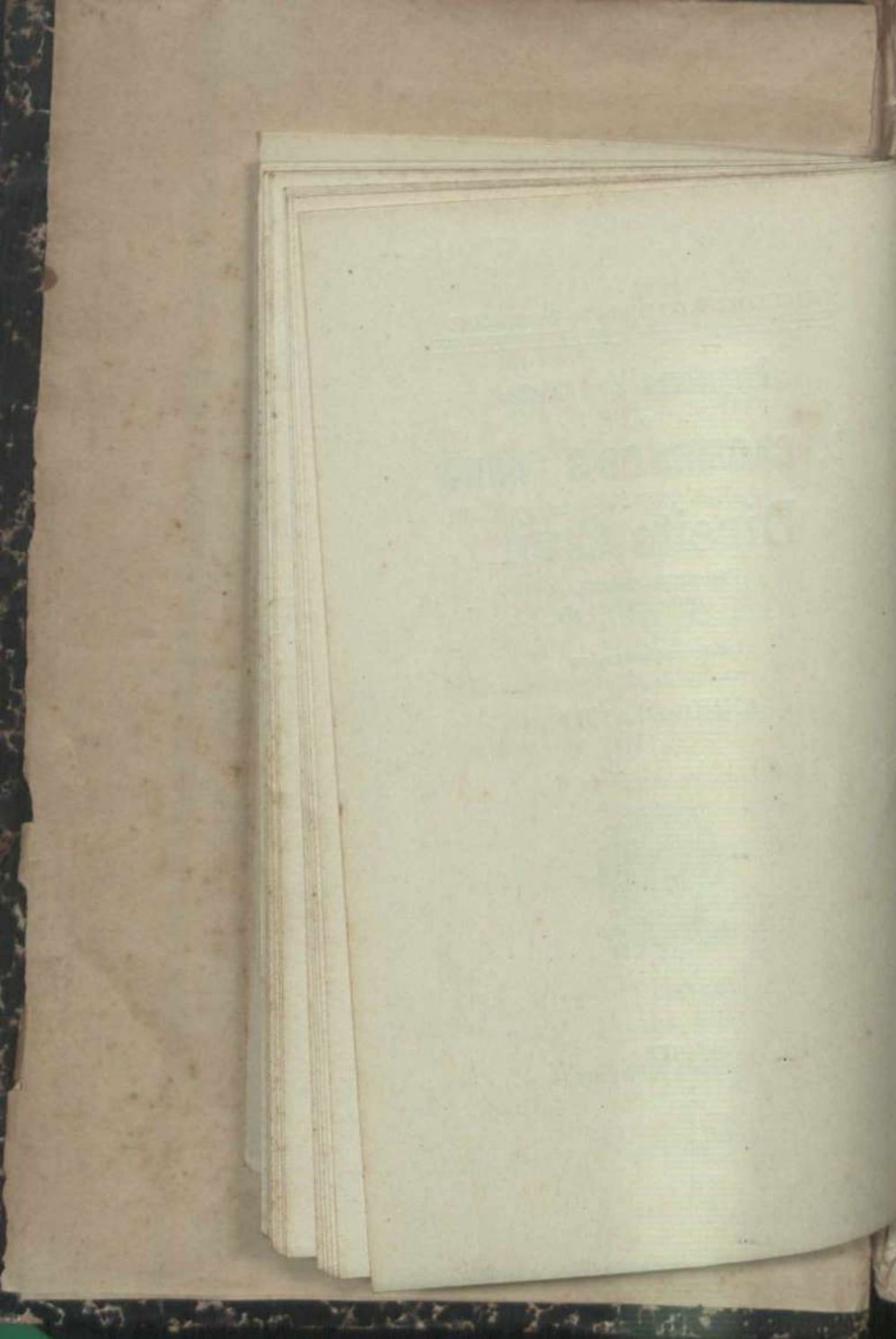
Dr. Adolpho Cirne

Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Empreza d'A PROVINCIA
—
1911



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 3.^o anno

DIREITO CIVIL

SEGUNDA PARTE

1. Noção juridica da coisa. Diversos systemas de classificação das cousas.
2. Estudo das cousas consideradas quanto as suas propriedades naturaes.
3. Estudo das cousas consideradas segundo seus caracteres juridicos e segundo as relações que guardam entre si.
4. Theoria dos direitos reaes e pessoas. Nossa legislação a respeito.
5. Da posse. Com posse e quasi posse.
6. Effeitos de posse. Interdictos possessorios.
7. Do dominio. Condomínio.
8. Do direito autoral.
9. Da occupação e accessão.
10. Da tradição e transcripção.

11. Da successão e suas especies. Capacidade successorial.
12. Da successão legitima.
13. Beneficio de representação. Successão *in capita* e *in stirpes*.
14. Da successão testamentaria. Testamento, sua historia e divisão.
15. Dos testamentos ordinarios.
16. Dos testamentos extraordinarios. Desherdação.
17. Do codicillo o substituições.
18. Do legado e fideicommisso.
19. Do direito de accrescer nas heranças e legados.
20. Execução dos testamentos. Inventario e partilha.
21. Collação e licitação. Petição de herança.
22. Das servidões.
23. Do usufructo. uso e habitação.
24. Do penhor.
25. Da hypotheca.
26. Da antichrese.

27. Da emphyteuse.
28. Da prescrição acquisitiva.

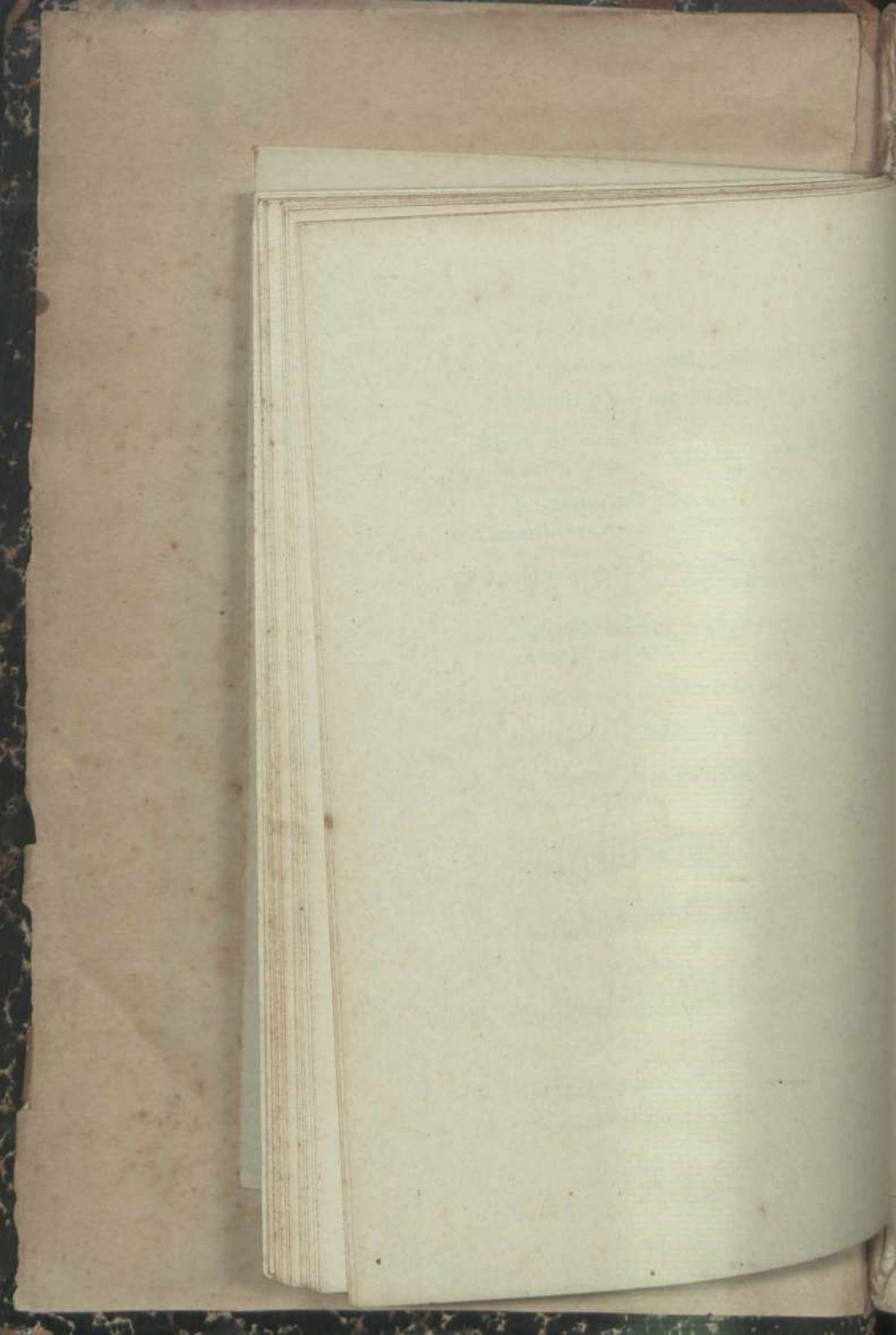
Faculdade de direito do Recife, 4
de Março de 1911.

O Lente Cathedratico,
DR. ADOLPHO CIRNE.

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario,
Henrique Martins.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

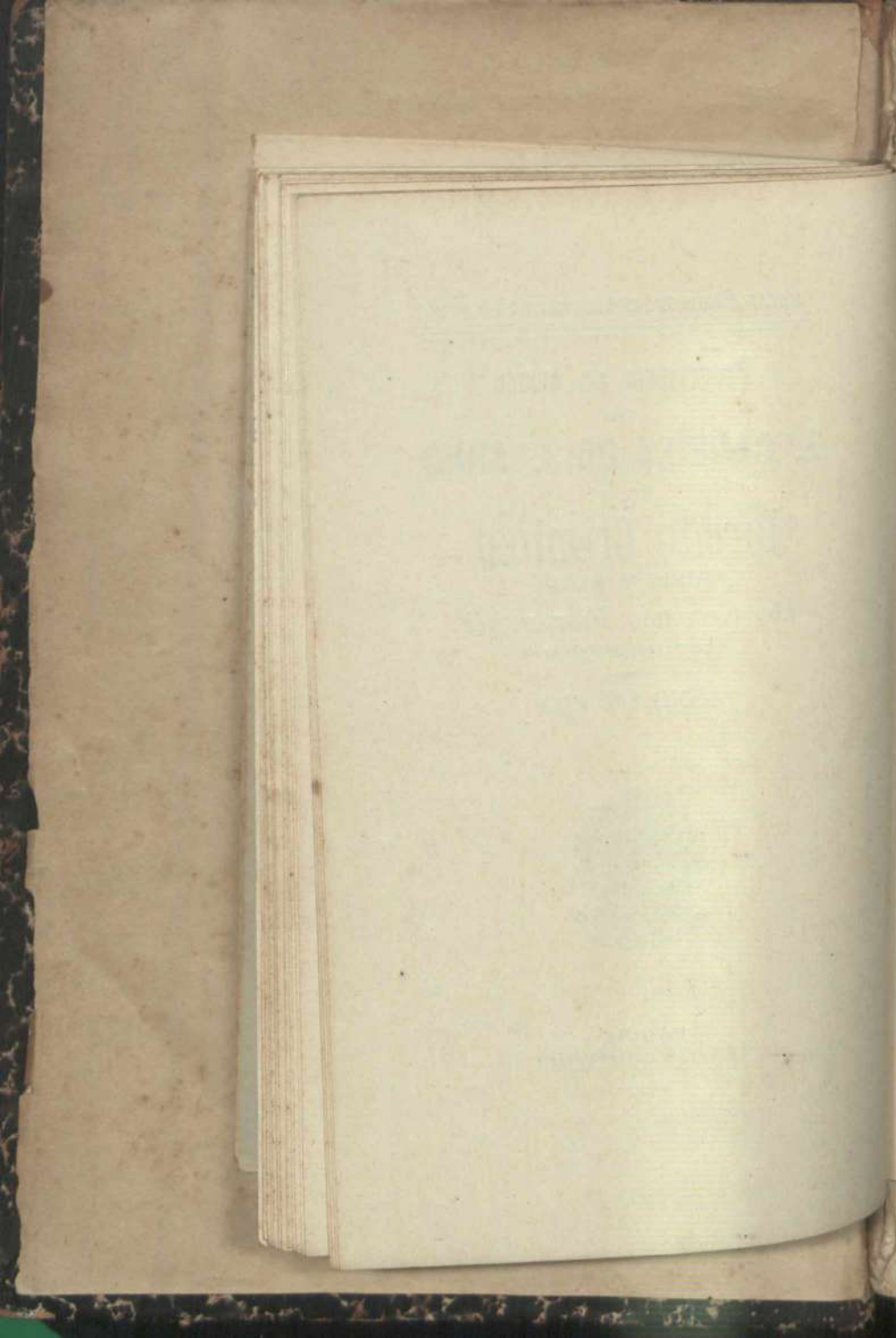
Programma de ensino
DA
2.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

Direito Criminal
PRIMEIRA PARTE
Dr. Gervasio Fioravanti
Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Emp. d'A PROVINCIA
—
1911



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a Cadeira do 3.^o Anno

DIREITO CRIMINAL

PRIMEIRA PARTE

1. Noção do Direito Criminal e sua posição encyclopedica. Evolução historica da sciencia do Direito Criminal. Das escolas classica, anthropologica e critico-naturalista.
2. Conceito philosophico do crime. Factores do crime. Quaes os que preponderam.
3. Da existencia de um ou mais typos anthropologicos de delinquentes. Estigmas de criminalidade. Interpretação do delinquente. De uma classificação dos criminosos.
4. Conceito leg. l do crime. Divisão e classificação dos factos puniveis. Interpretação da lei penal.
5. A lei penal em relação ao tempo, ao espaço e á condição das pessoas.
6. Theoria da tentativa.
7. Da autoria e suas fórmias.
8. Da responsabilidade criminal. Theorias do dolo e da culpa. Causas

que dirimem a criminalidade e justificam os crimes. *A idade.*

9. *As doenças da mente Somnambulismo, hypnotismo e suggestão.*
10. *Violencia, casualidade e surdo-mudez. Do sexo.*
11. *Ignorancia e erro. Consentimento do offendido. Arrependimento.*
12. *Obediencia hierarchica. Estado de necessidade. Legitima defeza.*
13. *Theoria das aggravantes.*
14. *Theoria das attenuantes.*
15. *Referencia ao systema penal brazileiro. Concurso de penas e de crimes. Delictos connexos e delicto continuado. Extinção da acção penal e da condemnação.*



PARTE ESPECIAL DO CODIGO

16. *Theoria do crime politico. Dos crimes contra a existencia politica da Republica e dos contra sua segurança interna.*
17. *Dos crimes contra a tranquillidade publica e dos contra o livre gozo e exercicio dos direitos individuaes.*

18. Dos crimes contra a boa ordem e administração publica; dos crimes contra a fé publica e dos contra a fazenda publica.
19. Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias:
A) *violencia carnal*; B) *raptio*.
20. C) *Lenocinio*; D) *adulterio*. Do ultrage publico ao pudor.
22. Dos crimes contra a segurança do estado civil.

Faculdade de direito do Recife, 4 de Março de 1911.

O Lente Cathedratico,

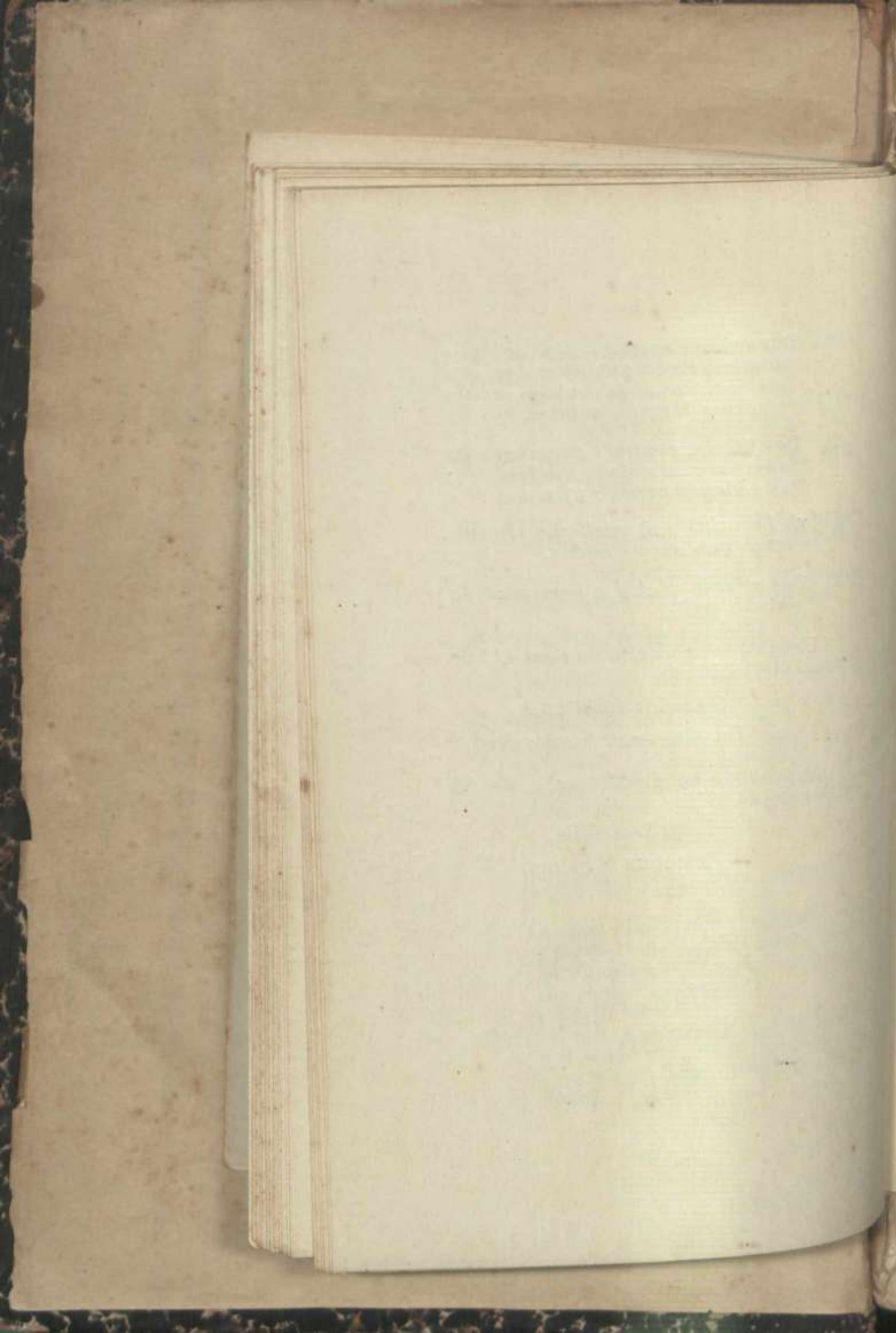
DR. GERVASIO FIORAVANTI.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1911.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

Direito Commercial

Dr. Joaquim de A. Amazonas

Lente [cathedratico]

ANNO DE 1911



RECIFE

Empreza d'A PROVINCIA

1911



3.^a Cadeira de ~~RECHT~~ 3.^o anno

(Direito Commercial)

1. Commercio: seus elementos economico e juridico. Função organica do commercio. Theorias que se propõem a caracterisar o acto de commercio. Objecto de commercio. Divisões do commercio.
2. Direito commercial, sua historia, natureza e caracteres. Sua classificação no quadro geral do direito. Suas relações com outras sciencias.
3. Theorias acerca da autonomia do direito commercial. A unificação do direito privado; doutrina e legislação.
4. O direito commercial brasileiro. Origens e fontes. Sua codificação. Leis posteriores aoCodigo. Fontes dogmaticas do direito commercial brasileiro.
5. Sujeitos da actividade mercantil. Capacidade para commerciar, pro-

hibições. Determinação da qualidade do commerciante. Direitos e obrigações dos commerciantes.

6. Agentes auxiliares do commercio :
a) dependentes ; b) independentes.
7. Associações commerciaes. Bolsas de commercio.
8. Sociedades commerciaes. O contracto e sua natureza. Individualidade das sociedades commerciaes. Especies de sociedade.
9. Sociedades em nome colectivo e em commandita simples: caracteristicos, constituição, administração, dissolução, liquidação e partilha do activo social.
10. Sociedades de capital e industria e em conta de participação : caracteristicos, constituição, etc.
11. Sociedades por acções : a) anonymas ; b) em commandita. Caracteristicos, historia, importancia. Constituição, gestão, dissolução, liquidação e partilha do activo social. Assembléas geraes. Responsabilidades dos fundadores e administradores.
12. Sociedades de capital variavel. Sociedades de credito agricola.
13. Obrigações mercantis : caracteres e fontes. Distincção das civis.

14. Theoria geral dos contractos.
15. Momento de formação do vinculo obrigacional nos contractos entre presentes e nos contractos entre ausentes.
16. Prova dos contractos mercantis, inclusive a feita pelos livros dos commerciantes. Distincção das obrigações mercantis.
17. Contracto de compra e venda mercantil. Contracto e termo. Contracto de riporto.
18. Contracto de conta corrente.
19. Contractos de mandato e de commissão.
20. Contracto de deposito. Deposito em armazens geraes. Armazens geraes. Warrants.
21. Contracto de seguro.
22. Contracto de transporte.
23. Titulos de credito. Titulos ao portador. Debentures.
24. Letra de cambio, sua origem e historia. Requesitos essenciaes. Nota promissoria. Acção cambial.
25. Pessoas que figuram na letra de cambio e na nota promissoria.

Transferencia da letra de cambio e da nota promissoria. Aval.

26. Vencimento e pagamento da letra de cambio e nota promissoria. Resaque. Protestos. Intervenção. Annullação da letra de cambio.
27. Meios de garantir a execução das obrigações mercantis: a) legaes; b) convencionaes--fiança e penhor.
28. Prescrição em materia commercial.
29. Direito industrial. Marcas de fabrica. Patentes de invenção. Propriedade das marcas.
30. Nome commercial. Sua propriedade e usurpação. Concorrência desleal.

Faculdade de Direito do Recife, 4 de Março de 1911.

O Lente Cathedratico,

DR. JOAQUIM IGNACIO DE ALMEIDA AMAZONAS.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1911.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

1.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

Direito Civil

TERCEIRA PARTE

Da. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM
FILHO

Lente cathedratice

ANNO DE 1911

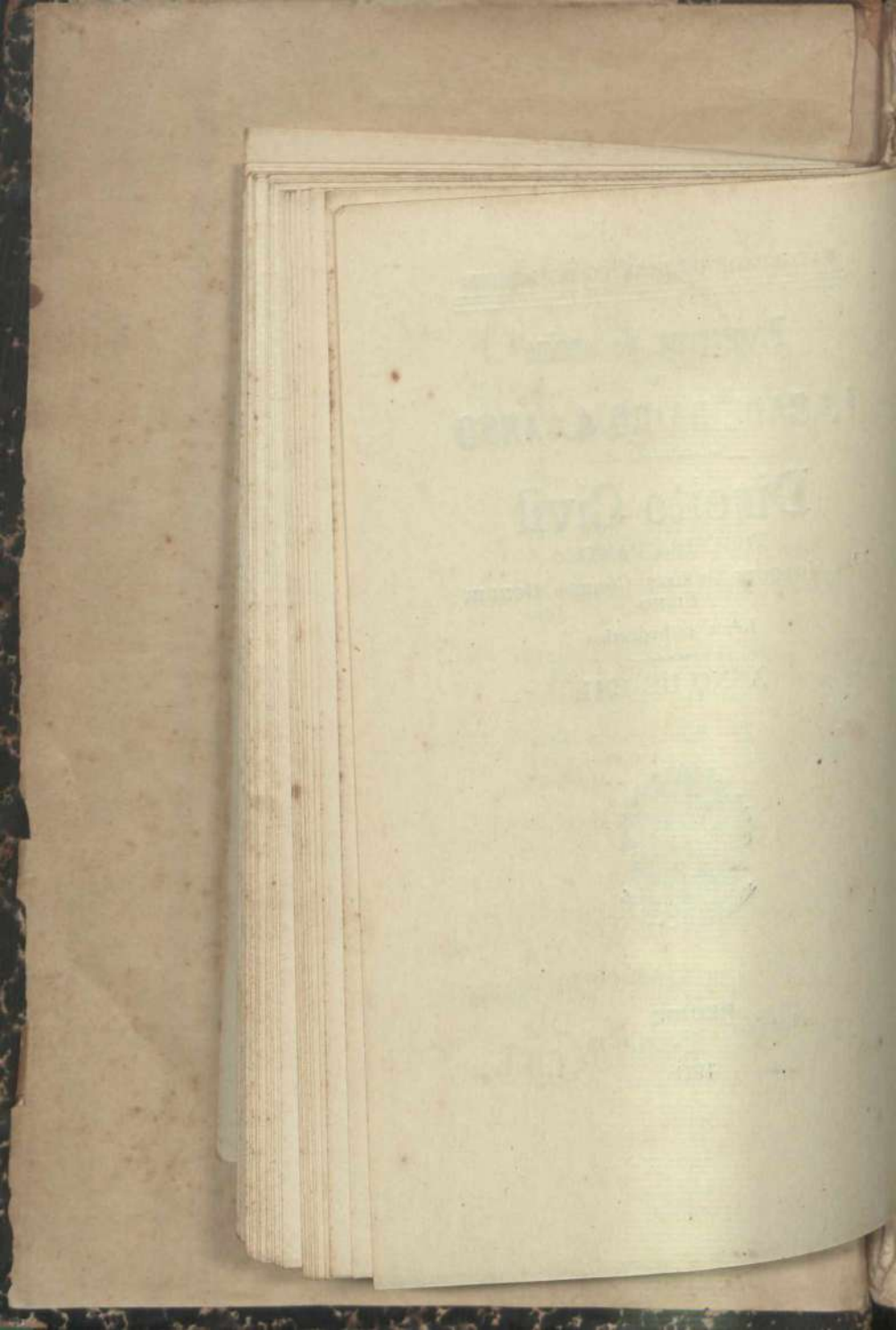


BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO

RECIFE
Emp. d'A PROVINCIA

1911

DO
RECIFE



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 4.^o anno

Direito Civil

1. Conceito da obrigação.
2. Objecto das obrigações.
3. Causas das obrigações.
4. Classificação das obrigações.
5. Efeitos das obrigações.
6. Transmissão das obrigações.
7. Extinção das obrigações.
8. Contractos e suas divisões.
9. Condições de sua validade.
10. Formação, prova e interpretação dos contractos.
11. Doação.
12. Commodato e mutuo.
13. Depósito.

14. Mandato.
15. Transacção.
16. Compra e venda.
17. Locação.
18. Sociedade.
19. Seguro de vida.
20. Fiança.
21. Quasi-contratos.
22. Delictos e quasi-delictos.

Faculdade de direito do Recife, 4 de
Março de 1911.

O Lente Cathedratico,

DR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM
FILHO.

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

Direito Maritimo

Dr. Joaquim de A. Amazonas

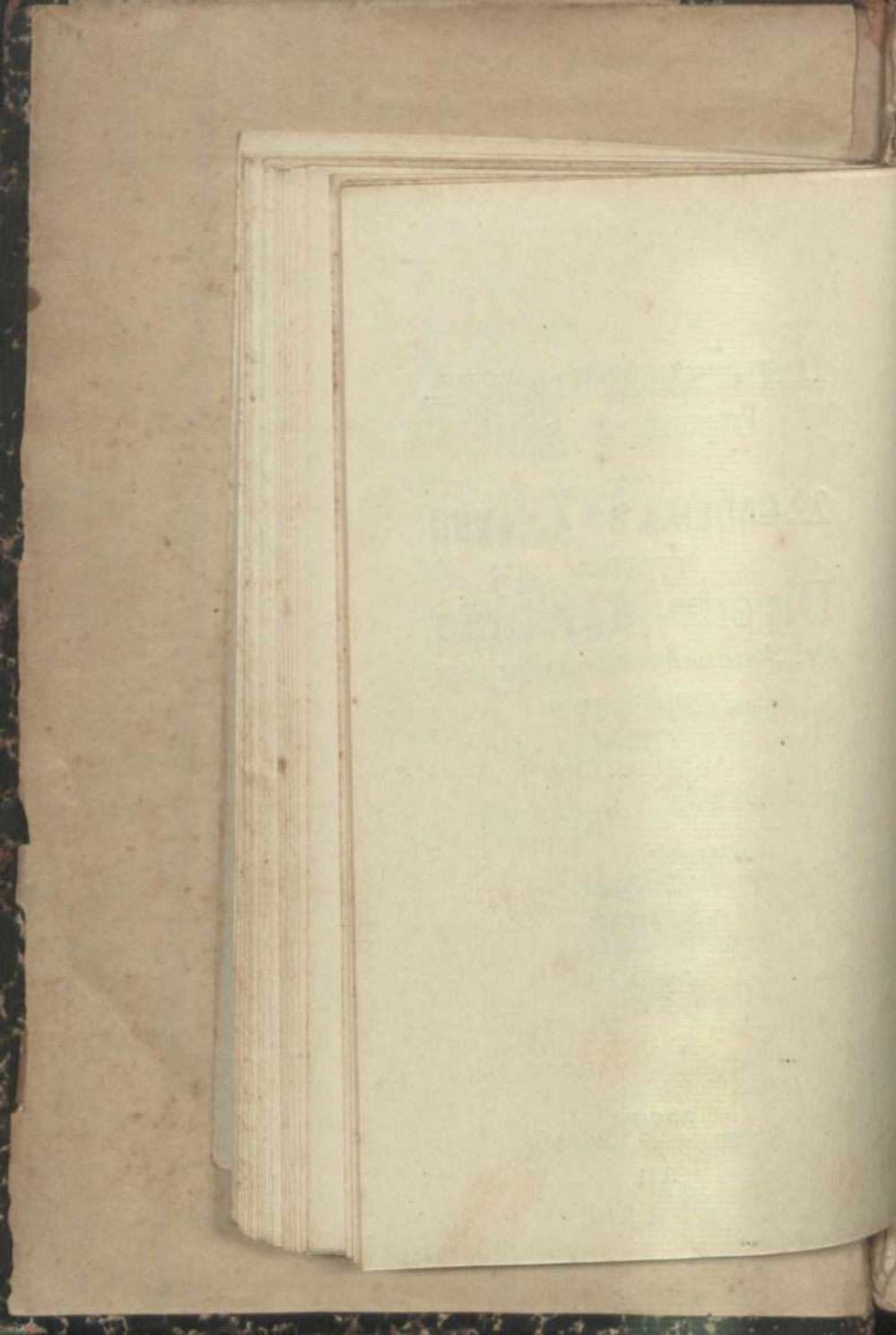
Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Empreza d'A PROVINCIA

1911





PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a Cadeira do 4.^o anno

DIREITO MARITIMO

1. Commercio marítimo : seu cenceito, historia e importancia social.
2. Direito commercial marítimo : seu cenceito, historia, desenvolvimeto e logar no quadro geral do direito. Movimentos legislativos.
- X 3. Navio : sua natureza juridica, suas partes e accessorios. Especies de navio.
4. Estado civil do navio. Nacionalidade e uso da bandeira. Personalidade do navio.
5. Construcção, aquisição e transmissão da propriedade dos navios.
6. Abalroamento, divisões. Responsabilidades.
7. Proprietarios e compartes do navio; suas responsabilidades. Parceria marítima.
8. Armação dos navios. Armadores : especies diversas, suas responsa-

bilidades. Consignatarios e agentes.

9. Capitão de navio, qualidades exigidas, seus direitos e obrigações. Equipagem do navio, seu arrolamento, direitos e obrigações.
10. Contracto do fretamento: a carta partida. Natureza do contracto. Direitos e obrigações das partes.
11. Conhecimento: suas enunciações, modalidades que pode affectar. Sua função jurídica e economica. Natureza do titulo.
12. Contracto de transporte de passageiros.
13. Avarias: sua natureza e classificação. Liquidação e repartição da avaria grossa.
14. Contracto de empréstimo de dinheiro a risco marítimo.
15. Contracto de seguro marítimo: natureza e objecto. Elementos do contracto. Modalidades. Reseguro.
16. Contracto de seguro marítimo: obrigações reciprocas do segurador e do segurado. Abandono dos objectos segurados casos em que tem logar: avaliação e indemnisação.

17. Naufragio e salvados. Arribada de navio. Assistencia marítima.
18. Creditos privilegiados. Hypotheca naval.

Fallencia

19. Instituto da fallencia. Sua origem. historia e desenvolvimento. Sua natureza e fundamento juridico. Unidade e multiplicidade da fallencia.
20. O instituto da fallencia no direito brasileiro : diversos regimens que tem sido adoptados.
21. Presupostos da fallencia. Sujeito activo e sujeito passivo. Requisitos do estado de fallencia.
22. Meios preventivos da declaração da fallencia : cessão de bens, moratoria, concordata.
23. Declaração da fallencia. Juizo competente. Meios de opposição.
24. Qualidade do commerciante. Fallencia das sociedades inclusive as anonymas. Fallencia dos não commerciantes.
25. Effeitos da sentença declaratoria da fallencia, a) civis, b) penaes.
26. Arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do fallido. Administração da fallencia.

27. Verificação e classificação dos credores. Assembléa de credores.
28. Encerramento do processo da fallencia.
29. Fallencia em direito internacional. Das sentenças estrangeiras de declaração de fallencia.

Faculdade de direito do Recife, 4
de Março de 1911.

O Lente Cathedratico,

DR. JOAQUIM IGNACIO DE ALMEIDA AMARAL
ZONAS.

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario,
Henrique Martins.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

SEGUNDA PARTE

Direito Criminal, especialmente Direito Mi-
litar e Regimen Penitenciario

Estudo da Parte Especial do Codigo

(Continuação)

Dr. Gervasio Fioravanti

Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE

Empreza d'A PROVINCIA

1911

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

RECEIVED OF THE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a Cadeira do 4.^o Anno

SEGUNDA PARTE

Direito Criminal, especialmente Direito Militar e Regimen Penitenciario

Estudo da Parte Especial do Codigo
(Continuação)

1. Dos crimes contra a segurança da pessoa e vida : a) homicidio ; b) infanticidio ; c) suicidio.
2. d) Aborto ; e) lesões corporaes ; f) duello.
3. Dos crimes contra a honra e boa fama.
4. Dos crimes contra a propriedade publica e a particular e dos contra a pessoa e a propriedade.
5. Theoria das contravenções. Legislação comparada. Contravenções em especie.

Direito Militar

6. Etiologia da criminalidade militar ; sua comparação com a commum. De uma anthropologia do militar delinquente.

7. Noção do direito militar ; sua evolução historica. Conceito do crime militar ; legislação patria e estrangeira. Divisão dos crimes militares.
8. A lei penal militar em relação ao tempo, ao espaço e á condição das pessoas.
9. Responsabilidade criminal militar ; causas que dirimem a criminalidade e justificam os crimes.
10. Aggravantes e attenuantes no Direito Militar brasileiro.
11. Systema penal do direito militar brasileiro. Extincção da acção penal e da condemnação.
12. Dos crimes em especie. Influencia do tempo de guerra na jurisdicção militar.

Regimen Penitenciario

13. Da pena e sua historia. Do systema penal brasileiro. Regimen e duração das penas.
14. A prisão em commum e a prisão cellular. Dos systemas penitenciarios Philadelphiano, Auburniano e Irlandez com seus consecrarios.
15. Da colonisação penal por meio de transportação ; sua historia e sua critica. Deportação, desterro, relegação e banimento.

16. Da pena de reclusão. Da prisão com trabalho obrigatorio. Prisão disciplinar. Interdição, suspensão e perda do emprego, privação do exercicio de profissão e arte.
17. Penas pecuniarias. Da satisfação do damno.
18. Dos assignalamentos anthropometricos. Da Dactyloscopia ; registros penaes.
19. Da segregação por tempo indeterminado. Critica das penas carcerarias de pequena duração. Condemnação e sentença condicionaes.
20. Dos hospícios penaes. Da pena de morte.
21. O problema da individualisação da pena para as diversas escolas do Direito criminal. Individualisação legal, judiciaria e administrativa.

Faculdade de Direito do Recife, em
4 de Março de 1911.

O Lente cathedratico,

DR. GERVASIO FIORAVANTI.

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

DA

4.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

Economia Politica, Sciencia das Finanças e
Contabilidade do Estado

Dr. Sophronio Portella

Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Empreza d'A PROVINCIA

1911

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

4.^a Cadeira do 4.^o anno

Economia Politica. Sciencia das Finanças e
Contabilidade do Estado

Economia Politica

NOÇÕES PRELIMINARES

1. Objecto, limites, definição, divisão, importância, difficuldades, caracteres, relações e methodo da Economia politica.
2. Origem e historia do desenvolvimento e progresso da Economia politica. Systema mercantil, balança do commercio, systema regulamentar e protector, systema physiocratico, systema industrial.
3. Definição de alguns termos economicos, necessidade, satisfação, utilidade, riqueza, industria, troca, valor, preço, forças productivas da natureza e do homem.

DA PRODUÇÃO DA RIQUEZA

4. Ideia da produção ; seus elementos.
5. Formas da produção ; seu organismo.

6. Progreso e limites da producção.

CIRCULAÇÃO DA RIQUEZA

7. Ideia da circulação. Valor.

8. Moeda.

9. Credito. Substituto da moeda.

10. Bancos.

11. Commercio. Transporte e commu-
nicação.

REPARTIÇÃO DA RIQUEZA

12. Ideia da repartição. Propriedade
privada. Salário.

13. Juro. Renda. Lucro. Contractos
agrarios.

14. Instituições de previdencia.

15. Sociedades cooperativas. Coparti-
cipação nos beneficios. Partilha do
producto.

CONSUMO DA RIQUEZA

16. Ideia do consumo. Relações entre
o consumo e a producção. Luxo.

17. População, pauperismo, caridade.

Sciencia das finanças

NOÇÕES PRELIMINARES

18. Conceito. limites, caracteres, fontes,
importancia e divisão da Sciencia
das Finanças.

DESPEZAS PUBLICAS

19. Conceito das despesas publicas; seu caracter juridico, politico e economico; sua classificacão.

RECEITA PUBLICA

20. Receita publica originaria. Conceito e divisão do dominio fiscal; sua administracão: sua venda.
21. Receita publica derivada. Conceito, razão e classificacão das taxas sobre actos juridicos.
22. Taxas sobre meios de troca e de transporte.
23. Conceito, razão e normas do imposto. Incidencia e pressão dos impostos; sua classificacão.
24. Systema tributario.
25. Impostos sobre producto dos bens immoveis.
26. Impostos sobre rendimentos dos bens moveis.
27. Impostos indirectos sobre transferencia de propriedade.
28. Impostos indirectos sobre consumo.
29. Impostos directos sobre rendimento e sobre patrimonio em geral.
30. Impostos locais.

RELAÇÃO ENTRE A RECEITA E AS DESPEZAS

31. Noções geraes sobre a relação que existe entre a receita e as despesas. Orçamento. Divida publica
32. Divida fluctuante.
33. Divida consolidada.
34. Administração da divida publica.

Contabilidade do Estado

35. Responsabilidade administrativa e responsabilidade juridica dos agentes fiscaes e de todos aquelles que manejam valores do Estado.
36. Contas administrativas. Prestação de contas dos agentes da arrecadação. Prestação de contas das despesas.
37. Contas judiciaes. Noção e normas geraes. Julgamento das contas. Opposição e recursos. Execução das decisões do Tribunal de Contas.

Faculdade de direito do Recife, 4
de Março de 1911.

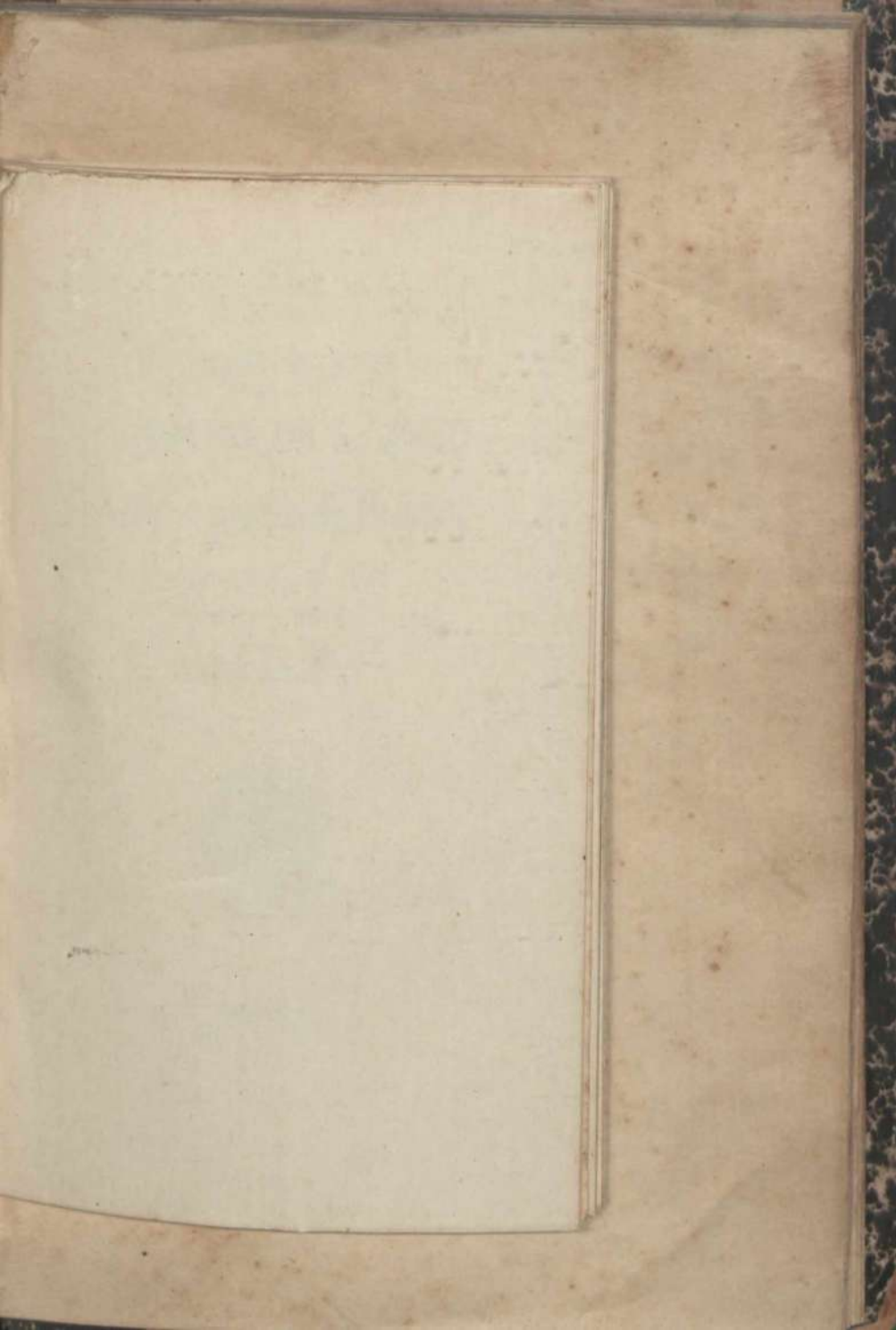
O Lente Cathedratico,

DR. SOPHRONIO E. DA PAZ PORTELLA

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario,

Henrique Martins.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino
DA
1.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO
— — — — —
Theoria e pratica do Processo

Dr. Augusto C. Vaz

Lente cathedrático

ANNO DE 1911



RECIFE
Emp. d'A PROVINCIA
—
1911

PROCURADOR DE JUSTICIA

DE

LA ACADEMIA DE S. RAY

DE LA LINGÜA CASTELLANA

DE LA LINGÜA CASTELLANA

DE LA LINGÜA CASTELLANA

DE LA LINGÜA CASTELLANA



DE LA LINGÜA CASTELLANA

DE LA LINGÜA CASTELLANA

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 5.^o Anno

THEORIA E PRATICA DO PROCESSO

Parte geral

1. Processo. Sua importancia e necessidade. Condições essenciaes ao processo. Ordem natural e civil do processo.
2. Divisão do processo quanto ao seu objecto e quanto á sua forma. Razão de ser das differentes fórmas do processo.
3. Organização judiciaria e especialmente segundo a legislação patria.
4. Juizo arbitral. Vantagens e inconvenientes do juizo arbitral. Processo arbitral.
5. Ministerio publico.
6. Jurisdição e competencia.
7. Pessoas que figuram em juizo.

Parte Civil e Commercial

8. Acção. Diversas especies de acção.
9. Accumulação, concurso e extincção das acções.
10. Citação. Seu fundamento. Especies, requisitos, effeitos e formas de citação.
11. Contumacia. Especies e effeitos da contumacia.
12. Defeza. Contestação. Divisão, effeitos e fórmulas da contestação. Reconvenção.
13. Excepção. Especies. Duração das excepções. Excepções admittidas pela legislação brasileira e processo respectivo.
14. Dilação. Prova. Systema de prova.
15. Objecto da prova. Especies de prova.
16. Sentença. Sua importancia. Divisão e sub-divisão, requisitos e effeitos da sentença.
17. Causa julgada. Condições para a sua applicação. Influencia dos julgamentos civis em relação aos criminaes e vice-versa. Limites de causa julgada.

18. Actos e processos preliminares, preparatorios e preventivos.
 19. Intervenção no processo.
 20. Incidentes do processo.
 21. Nullidade do processo.
 22. Recursos.
-

Parte Commercial

23. Acção criminal. Meios de iniciar o processo. Acção publica e privada.
 24. Provas criminaes.
 25. Prisão. Fiança. *Habeas-corpus*.
 26. Instituição do Jury.
 27. Recursos crimes.
 28. Extincção do processo.
-

Pratica do Processo Civil e Commercial

29. Acção ordinaria.
30. Acção summaria e acção summarissima.
31. Acção executiva.

32. Assignação de dez dias.
33. Acção de deposito. Remissão e execução do penhor.
34. Execução de sentença.
35. Incidentes da execução.

Pratica do Processo Civil

36. Interdictos possessorios.
37. Nunciação de obra nova. Seus incidentes.
38. Despejo de predios urbanos. Desapropriação.
39. Divisão e demarcação de terras particulares.
40. Inventario e partilha. Seus incidentes.
41. Abertura do testamento. Reducção do testamento a publica forma. Contas da testamentaria.

Pratica do Processo Commercial

42. Fallencia e seus incidentes. Meios preventivos para evitar a fallencia.
43. Acção de soldadas e de seguros.

Pratica do Processo Criminal

44. Formação da culpa e julgamento nos crimes communs.
45. Formação da culpa e julgamento dos crimes dos empregados publicos não privilegiados.
46. Formação da culpa e julgamento nos crimes communs e de responsabilidade dos funcionarios publicos privilegiados.
47. Processo da fiança e do *habeas-corpus*.
48. Execução criminal e seus incidentes.

Faculdade de direito do Recife, 4 de Março de 1911.

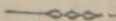
O Lente Cathedratico,

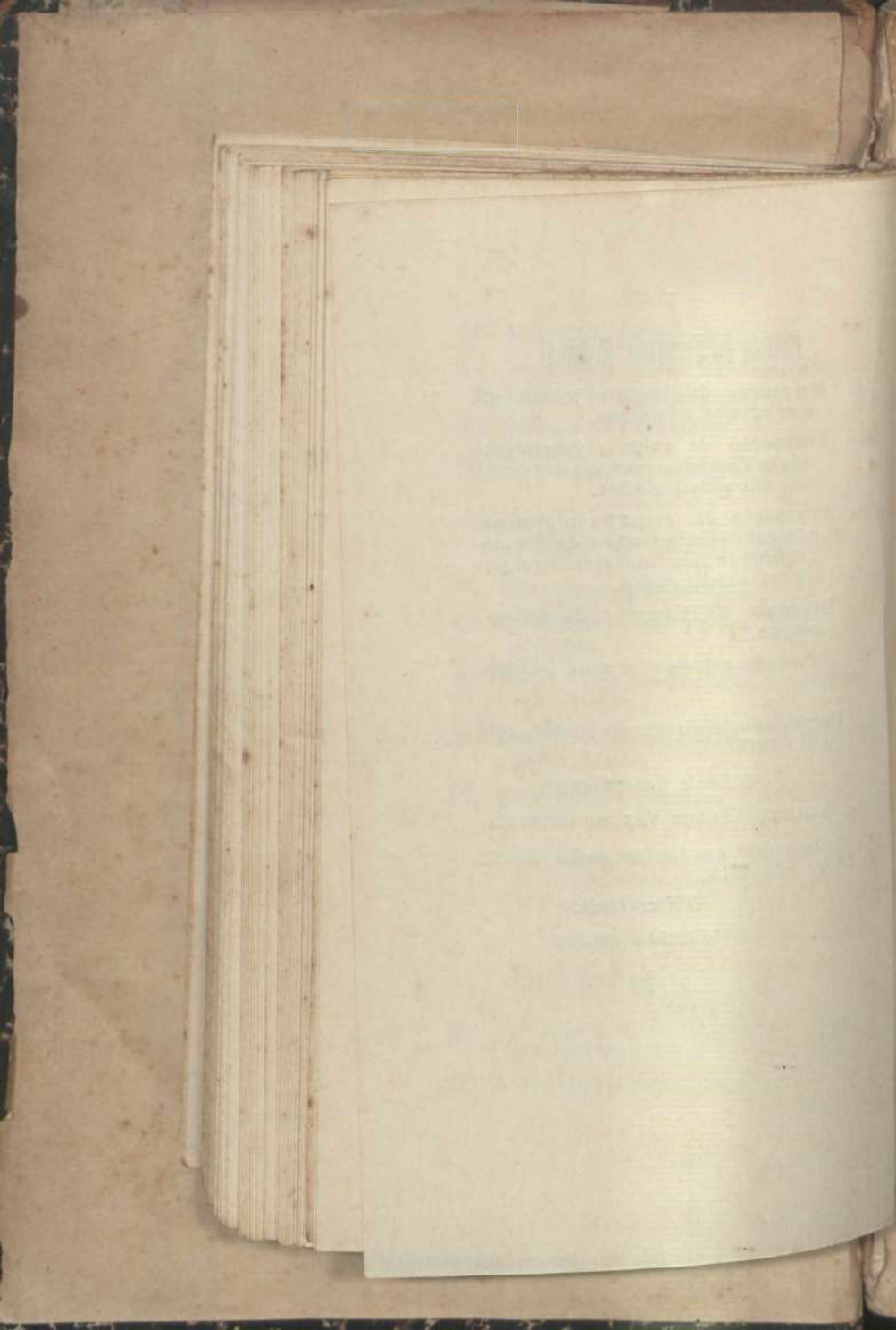
DR. AUGUSTO CARLOS VAZ DE OLIVEIRA.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1911.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

Sciencia da Administração e Direito Admi-
nistrativo

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira

Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Empreza d'A PROVINCIA

1911

THE HISTORY OF THE

PROGRESS OF THE

SCIENCE OF THE

ARTS AND MANUFACTURES

OF THE KINGDOM OF GREAT BRITAIN

IN THE YEAR 1789

AND 1790



PRINTED

BY J. JOHNSON, ST. PAULS CHURCH-YARD

1791

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a Cadeira do 5.^o anno

Sciencia da administração e Direito Administrativo

1. Sciencia da administração. Direito administrativo. Objecto, relações e influencia reciprocas.
2. O Estado. Critica das diversas theorias relativas aos seus fins. A determinação d'estes.
3. Acção social do Estado; limites entre os quaes ella se deve conter.
4. Meios de que se serve o estado para conhecer as condições da Sociedade, afim de exercer efficazmente a sua acção.
5. Acção do Estado quanto ás necessidades physicas da Sociedade. Segurança Publica. Saude Publica. Assistencia Publica. População.
6. Acção do Estado quanto ás necessidades economicas da Sociedade. Producção, circulação e consumo da riqueza.

7. Acção do Estado quanto ás necessidades culturaes da Sociedade. Instrucção Publica. Educação Popular.
8. Poderes publicos. Divisão, independencia e harmonia reciprocas.
9. Organização da administração ; suas condições essenciaes.
10. Centralisação. Regimen que se lhe oppõe. Exame da questão sob o ponto de vista politico e sob o ponto de vista administrativo. Apreciação historica do systema em nosso paiz.
11. Phases da manifestação da actividade administrativa e consequente divisão d's funcções da administração quanto ao seu fim. Nomeação e amovibilidade dos agentes da administração.
12. Hierarchia. Funcionario publico. Empregado publico. Condições intrinsecas e extrinsecas de sua nomeação.
13. Theoria das relações entre os empregados publicos e o estado. Deveres do empregado publico; sua responsabilidade. Direitos do empregado publico : § 1.º Direito ao emprego ; § 2.º Indemnisação das despesas feitas; vencimentos ; § 3.º Pensões; Monte pio. Cessação do serviço publico Empregados honorarios.

14. Jurisdição administrativa. Contencioso administrativo. Juizes e Tribunaes administrativos. Necessidade das instancias.
15. Distincção entre o contencioso administrativo e o judiciario. Inconveniencia de attribuir o contencioso administrativo ao Poder Judiciario. Desclassificações.
16. Conflictos, suas especies. A quem incumbe julgar-os.
17. Dos administrados, nacionaes e estrangeiros, em suas relações com a administração publica.
18. Actos e formulas administrativas, Sua denominação e caracteres.
19. O Presidente da Republica. Atribuições. Responsabilidade. Tribunaes que o julgam. O vice-presidente.
20. Os ministros do Estado. Atribuições. Responsabilidade. Tribunaes que os julgam.
21. Relações do Poder Executivo com o Legislativo no tocante aos serviços administrativos. Votação das leis annuaes. Intervenção do Congresso na administração publica.
22. Os estados. Seus Presidentes ou Governadores. Suas relações com o governo federal.

23. O Município, sua autonomia. Phases por que tem passado a organização municipal do Brazil.
24. Atribuições que competem actualmente á administração municipal. Natureza e caracter das funcções d'esta. Responsabilidade. Legislação municipal de Pernambuco.
25. Obrigações do Estado : ideia geral. Obrigações contractuaes e quasi contractuaes. Responsabilidade directa do Estado. Responsabilidade indirecta do Estado.

Faculdade de Direito do Recife, 4 de Março de 1911.

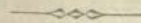
O Lente cathedartico,

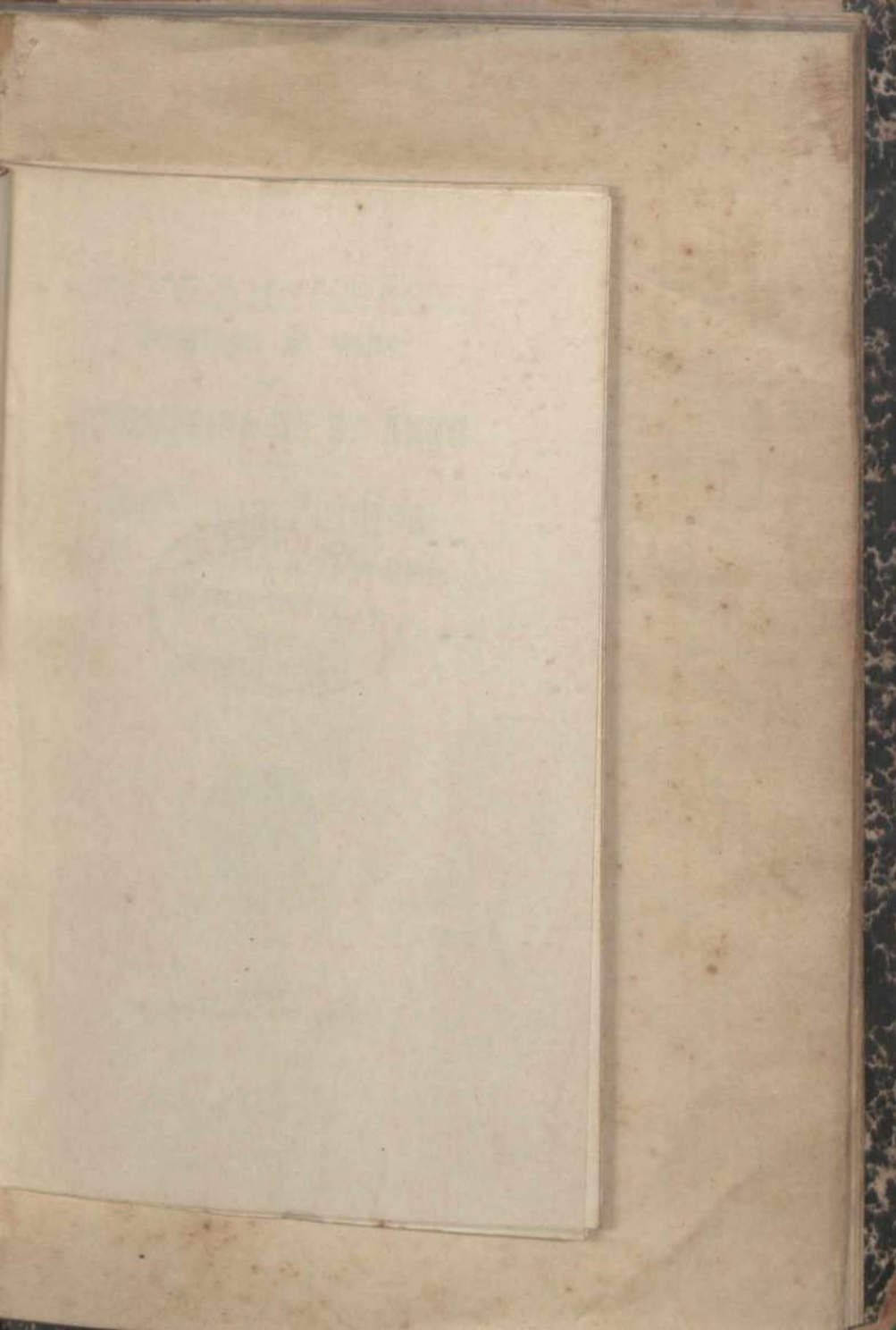
DR. ANTONIO GONÇALVES FERREIRA.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1911.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.







FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

Medicina Publica

Dr. Constancio Pontual

Lente cathedratico

ANNO DE 1911



RECIFE
Empreza d'A PROVINCIA
1911

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a Cadeira do 5.^o Anno

Medicina Publica

PRIMEIRA PARTE

Medicina Judiciaria

PRIMEIRA SECÇÃO

QUESTÕES GERAES

1. *Da roça e do sexo.* Definição, divisão e caracteres scientificos. Vícios de conformação sexual. Hermaphrodismo, sua divisão e consequencias sociaes e juridicas. Dos monstros, sua divisão e caracteres tautologicos. Legislação referente aos hermaphroditas. Do sexo como modificador da responsabilidade.
2. *Da idade.* Definição, divisão e caracteres scientificos. Idade de discernimento e de liberdade moral. Da idade como modificador da responsabilidade.
3. *Da identidade.* Definição. Provas juridicas da identidade. Da prova medica, signaes physiologicos e pathologicos. Valor dos estigmas profissionaes e da tatuagem. Da

identidade no cadaver e no esqueleto. Assignalamento anthropometrico. Dactyloscopie.

4. *Do estado mental.* Investigações necessárias para determinar o estado mental. Valor da hereditariedade. Estigmas physicos, intellectuaes e moraes da degenerescencia hereditaria. Relações da criminalidade e da degenerescencia.
5. *Estado mental.* (Continuação), Função do juiz e do medico legista no estudo do estado mental do delinquente. Estado mental, physiologico e pat. ologico sob o ponto de vista juridico
6. *Da loucura.* Estudo medico legal da alienação mental. Remissões e intervallos lucidos. Theorias da responsabilidade proporcional e da irresponsabilidade absoluta.
7. *Da embriaguez.* Embriaguez simples e pathologica. Do alcoolismo chronico ou da loucura alcoolica. Imputabilidade nos diversos grãos de embriaguez.
8. *Do hypnotismo.* Hypnotismo em medicina legal. Suggestão intra e extra hypnotica. Crimes praticados pelo hypnotisado e sobre o hypnotisado.

Questões forenses

FORO CIVIL

9. *Nascimento*. Nascimentos precoces e tardios. Declaração do nascimento. Da duração da gestação em suas relações com a legitimidade da filiação. Vida e viabilidade do recém-nascido.
10. *Casamento*. Definição do casamento e condições legaes para o contrahir. Influencia da consanguinidade, da syphilis, do alcool e das molestias nervosas na procreação. Motivos de opposição e de annullação do casamento.
11. *Gravidez*. Concepção, superconcepção e superfecundação. Prenhez, variedade, marcha e duração. Prenhez simulada. Substituição, supressão, supposição do recém-nascido. Parto. Signaes de parto recente e antigo. Causas que prolongam a duração do parto.
12. *Curatela dos lances*. Conceito juridico do prodigo, do louco e do fraco de espirito. Sequestração e interdicção dos alienados.

FORO CRIMINAL

13. *Attentado contra o pudor*. Ultrage publico ao pudor. Attentado contra o pudor. Caracteres constitu-

tivos destes crimes e disposições respectivas das leis penaes. Lesões resul antes do attentado contra o pudor.

14. *Estupro.* Definição e elementos constitutivo do crime. Diferença entre o attentado contra o pudor e o estupro. Lesões resultantes do estupro. Desfloramento.
15. *Lesões corporaes.* Instrumentos perfurantes, cortantes, perfuro-cortantes e contundentes. Diversos typos de ferimentos e suas complicações, Relação do ferimento com a arma empregada. Lesões feitas durante a vida e *post mortem*.
16. *Classificação dos ferimentos.* Principios fundamentaes que servem de base á classificação dos ferimentos segundo o damno causado. Gravidade das lesões corporaes segundo a sua séde e órgãos lesados.
17. *Questões especiaes dos ferimentos.* Do grave incommodo de saúde resultante de um ferimento. Da inhabilitação do serviço activo. Da privação do uso ou inhabilitação do membro ou órgão. Da deformidade.
18. *Do Homicidio.* Lesões mortaes e lesões que se tornam mortaes em virtude de complicações ulterio-

res. Da lesão mortal segundo a nossa lei penal. Estudos das concausas.

19. *Do aborto criminoso.* Definição e elementos constitutivos do crime. Do aborto legal, suas indicações justificativas. Substancias abortivas e meios mais commumente empregados para realizar o aborto. Lesões consecutivas ao aborto.
20. *Do infanticidio.* Definição e elementos constitutivos do crime. Diferença entre aborto, infanticidio e homicidio commum. Conceito juridico do termo recém-nascido. Do infanticidio por omissão e commissão. Provas da vida extra-uterina da criança.
21. *Das asphyxias.* Da asphyxia em geral. Suffocação. Estrangulamento. Enforcamento. Afogamento. Asphyxias por gases toxicos.
22. *Envenenamento.* Definição e caracteres do crime. Signaes de envenenamento. Regras a seguir nas autopsias e exumações respectivas. Quesitos relativos ao envenenamento criminoso.
23. *Da morte.* Morte subita e suas causas. Da morte real e apparente, diagnostico differencial. Phenomenos cadavericos e marcha da putrefacção. Data da morte. Fauna cadaverica. Autopsias e exumações.

Jurisprudencia Medica

24. *Deveres dos medicos.* Do medico como perito e como testemunha. Segredo medico. Autoridades que podem reclamar a presença de um medico. Legislação e decisões juridicas referentes á obrigação imposta aos medicos quando requisitados pela autoridade.
25. *Documentos medicos.* Vistoria medico-legal em materia civil e criminal. Auto de corpo de delicto, exames de sanidade, modo de proceder. Attestados, relatorios, consulta medico-legal e deposição oral.

SEGUNDA PARTE

Hygiene Social

26. *Definição e divisão da hygiene.* Historia e futuro da hygiene, seu papel nas sociedades modernas.
27. *Dos modificadores.* Noções succintas sobre modificadores physicos, chimicos, biologicos e sociaes.
28. *Hygiene das cidades.* Aguas potaveis. Exgottos. Vias publicas. Ruas. Habitações. Edificios publicos.
29. *Condições materiaes da vida.* Alimentação. Alojamento. Sociedades cooperativas.

30. *Prophylaxia.* Prophylaxia aggressiva e defensiva. Prophylaxia das molestias contagiosas, não contagiosas, exóticas e individuaes.

Faculdade de direito do Recife, 4 de Março de 1911.

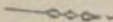
O Lente Cathedratico,

DR. CONSTANCIO PONTUAL.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1911.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

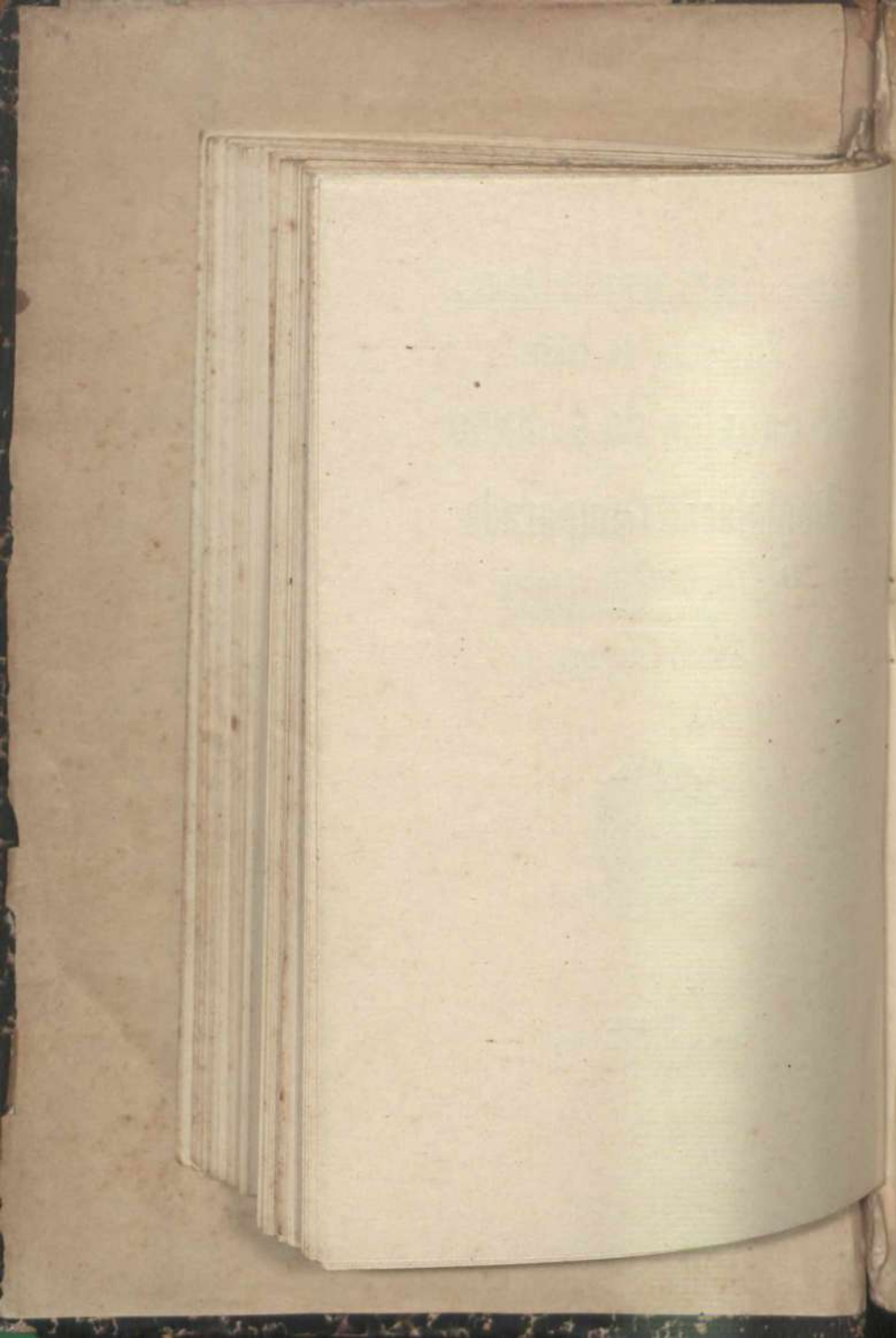
Programma de ensino
DA
4.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO
Legislação Comparada

Dr. Hersilio de Souza
Lente substituto em exercício

ANNO DE 1911



RECIFE
Emp. d'A PROVINCIA
1911



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

4.^a Cadeira do 5.^o anno

LEGISLAÇÃO COMPARADA

PARTE GERAL

1. Noção do direito. Legislação Comparada em geral. Objecto da cadeira e necessidade do seu estudo. Universalisação do direito.
2. Filiação jurídica. Formação do direito privado moderno: correntes romana, germanica e canonica. Classificação de legislações. Grupos.
3. Movimento Codificador do direito privado moderno. O direito nacional e sua evolução até agora.

PARTE ESPECIAL

(Direito Civil)

4. Pessoa. Pessoas naturaes e Pessoas jurídicas.

5. Esponsaes. Casamento, Divorcio.
6. Regimen de bens entre conjuges.
7. Patrio poder, Tutella e Curatella.
8. Posse e Propriedade.
9. Obrigações.
10. Successões.

(Direito Commercial)

11. Commercio. Commerciante, Sociedades commerciaes. Unificação do Direito Commercial ao Civil.
12. Contractos commerciaes. Lettra de cambio. Direito maritimo.
13. Fallencia.

(Direito Processual)

14. Processo. Forma antiga e moderna.

(Direito Internacional Privado)

15. Extrangeiros. Seus direitos. Caução *judicatum solvi*. Direito Au-

toral. Extraterritorialidade da
Fallencia. Execução de senten-
ças.

Faculdade de Direito do Recife, 4
de Março de 1911.

O Lente cathedartico,

DR. HERSILIO DE SOUZA.

Approvado em Congregação de 23
de Março de 1911.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.





BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE



F. D. R.

378 81

R297 p.

8/85

